



1290000605



TCC/UNICAMP N377m



“Minas Gerais no Século XVIII: Atualização de um Debate”

Orientadora: Lígia Maria Osório Silva ✓

Aluna: Cássia Regina Nestler – RA 930406

Dezembro/1998 ✓

**TCC/UNICAMP
N377m
IE/605**



A(todos)os meus Pais.

Ao Márcio.

Agradecimentos

Terminada esta monografia, gostaria de agradecer a minha família pelo apoio e suporte durante toda a graduação, e, especialmente, pela paciência que tiveram neste último semestre por estarmos tantos finais de semana longe uns dos outros. Um obrigado especial ao meu pai, que sempre me ensinou e incentivou a estudar, e principalmente, a lutar.

Gostaria de agradecer ao Márcio, meu companheiro de vida, pela paciência e por estar sempre próximo nos momentos difíceis; por guardar tanto amor no coração.

Quero deixar aqui o meu muito obrigada à minha Orientadora, pessoa amiga dentro e fora da sala de aula. Se não fosse por ela, seria impossível escrever este trabalho. Agradeço ainda à UNICAMP, que me possibilitou crescer e amadurecer nestes anos, ajudando a completar a minha formação, não somente acadêmica, mas também individual. Educação para a vida. Um muito obrigada aos funcionários do Instituto de Economia, principalmente aos do CEDOC (Biblioteca), pela constante procura de livros. Haja livros!

Aos colegas da Siemens Ltda, por permitirem a minha falta no trabalho para desenvolver (e terminar!) esta monografia e por terem me acolhido como fizeram.

Agradeço ainda, de coração, aos meus amigos, os de longe, os de perto, os de sempre, os de “de vez em quando”, os de estudo, os de farra, os de trabalho, os de casa, os de todo dia, os que já se foram, os que não mais verei, enfim, todos aqueles que de uma forma ou de outra, um dia fizeram parte de minha vida e que contribuíram para o que sou hoje.

Índice

I.	<u>Introdução</u>	pág. 06
II.	<u>A Economia Colonial</u>	pág. 11
II. I.	A Visão Clássica da Colonização	pág. 12
II. I. I.	A Doutrina Mercantilista	pág. 14
II. I. II.	O Descobrimento do Brasil, os Interesses Portugueses e a Organização da Colônia	pág. 17
II. II.	A Visão “Não-Clássica” da Colonização	pág. 26
II. II. I.	A Função da Colonização	pág. 26
II. II. II.	A Importância da Economia de Alimentos	pág. 28
II. II. III.	O Trabalho Escravo	pág. 32
II. III.	Conclusão	pág. 36
III.	<u>A Economia Mineradora</u>	pág. 37
III. I.	A Descoberta do Ouro em Minas e suas Conseqüências	pág. 38
III. I. I.	Fluxo Migratório, Formação das Cidades e Atividades Estimuladas pelo Ouro	pág. 38
III. I. II.	Mineração x Agricultura de Exportação	pág. 46
III. I. III.	A Força de Trabalho na Atividade Mineradora	pág. 49
III. I. IV.	Pontos Principais	pág. 50
III. II.	Protoindustrialização em Minas Gerais no Século XIX	pág. 53

III. II. I. Comentários de Wilson Cano	pág. 53
III. II. II. Argumentos de Douglas Libby	pág. 56
III. III. As Importações de Escravos para Minas Gerais no Século XIX	pág. 69
III. III. I. A Hipótese de Martins	pág. 69
III. III. II. As Críticas de Luna e Cano	pág. 81
III. III. III. A Visão de Slenes	pág. 83
IV. <u>Conclusão</u>	pág. 87
V. <u>Bibliografia</u>	pág. 92

I. Introdução

O objetivo desta monografia é o estudo da província de Minas Gerais ao longo do século XVIII, chegando até ao início do século XIX. A região apresentou um desenvolvimento peculiar durante o período em questão, contribuindo em muito para o próprio crescimento econômico do país.

Este desenvolvimento tem início na atividade mineradora (apogeu em meados do século XVIII). Com a mineração veio o povoamento, intensificando o fluxo migratório para a região. Espontaneamente, surgiram na província núcleos urbanos¹, que desempenhavam o papel social de unir os homens. Neles, houve grande produção religiosa e cultural. Outras atividades centrais também apareceram, como a agricultura, a pecuária, o artesanato, a manufatura e o comércio.

Na verdade, essa monografia se dispõe a analisar o papel pioneiro da província de Minas Gerais, em sua contribuição para a formação de um mercado interno no Brasil. Conforme pudemos perceber, a província encontrou “solo fértil” para esse fato pois, ao contrário do que ocorreu no resto do país, a atividade agroexportadora não se constituiu como a principal atividade praticada na província. A mineração, sim, foi a viabilizadora da formação desse mercado interno, por apresentar características particulares, como por exemplo, possibilitar melhor relacionamento entre escravos e senhores, flexibilizar a mobilidade social e com isso promover o aparecimento de uma nova camada média, constituída praticamente na totalidade por ex-escravos.

¹ Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962, p. 272, “A economia do engenho de açúcar, latifundiária por excelência, não gerava a construção de cidades.”

Conforme afirma Luna, “no século XVIII, Minas representou o centro catalisador da Colônia; ali consolidara-se uma sociedade com elevado poder de compra, tanto pela densidade populacional como pela relativa pulverização da riqueza gerada. (...) Esta área veio a constituir o primeiro mercado nacional, que contribuiu para a ligação de unidades até então fechadas em si mesmas e que só agora se abriam para o comércio uma às outras. Daí dizer-se que Minas dá a primeira nota de integração nacional.”²

Além disso, a província de Minas Gerais desempenhou importante função no que se refere a um rascunho de industrialização (segundo a visão do brasilianista Douglas Cole Libby, Minas Gerais foi berço da protoindustrialização, com características semelhantes às ocorridas na Europa). Com a decadência da mineração, a província mineira se encontrou no que podemos chamar de “isolamento comercial”, como consequência de sua falta de excedente econômico para exportação (a produção interna de gêneros alimentícios era consumida localmente quase que em sua totalidade) e da ausência de poder de compra. Este último item foi causado por dois motivos principais:

1. diminuição da quantidade de moeda em circulação, em virtude da queda da extração aurífera;
2. como a província quase não exportava, não era possível, por esse meio, adquirir moeda/poder de compra que permitisse manter um determinado patamar de consumo externo. Em outras palavras, a não obtenção de recursos via “exportação” de excedente para outras províncias gerou a necessidade dessa região prover sozinha o seu sustento, o que vem a reforçar a idéia de Libby.

Esse assunto será abordado no segundo capítulo da monografia.

² Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: escravos e Senhores – Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*, São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 17.

Os pontos acima discutidos são defendidos por uma corrente de historiadores dedicados à compreensão dos fatos ocorridos nas Minas Gerais no século XVIII (nova interpretação; estes autores são conhecidos como Revisionistas), região que segundo os próprios autores, é prejudicada pela falta de estudos. Eles afirmam que os pesquisadores são levados a considerar as atividades agrícolas de exportação ocorridas na colônia como as mais importantes para a análise historiográfica e econômica, minimizando com isso a importância de outras atividades não alinhadas aos interesses metropolitanos.

A visão clássica é aqui representada pelos já conhecidos Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais. Estes autores partem da ideia de que a colônia desempenhava um papel primordialmente agroexportador, conforme as premissas do Antigo Sistema Colonial. De acordo com essa visão, elas desempenhariam um papel complementar do desenvolvimento econômico de sua metrópole (qualquer atividade realizada na colônia pode ser justificada pelas diretrizes básicas do antigo regime, conforme será abordado detalhadamente no primeiro capítulo desse estudo). Este caráter complementar das colônias existe em função da política mercantilista em vigor na época³, de acordo com a qual a riqueza de um país era determinada pela quantidade de metais preciosos que possuía (esse tema será aprofundado mais detalhadamente no primeiro capítulo). Assim, as colônias permitiam que a metrópole se desenvolvesse, de forma a estar sempre à frente dos seus concorrentes. A complementariedade pode ser traduzida em alguns itens como, por exemplo, ser um centro fornecedor de metais preciosos e também de produtos tropicais que tivessem espaço no mercado europeu (além de outras matérias primas), bem como constituir um mercado consumidor para os produtos

³ Maiores detalhes que os encontrados nesse estudo a respeito da Doutrina Mercantilista podem ser encontrados em Eli F. Hecksher, *Mercantilism*, Londres: Routledge, 1994.

metropolitanos. Assim, a economia colonial deve se adaptar aos interesses econômicos (e comerciais) da metrópole, dinamizando sua economia e promovendo seu enriquecimento. Atividades coloniais que não se enquadrassem nessa finalidade, ou não são permitidas, ou então são realizadas em pequena escala, de forma a não atrapalhar, no caso do Brasil, os interesses portugueses (um exemplo é a agricultura de subsistência, necessária para a manutenção da vida na colônia).

Em oposição às idéias, digamos, mais tradicionais, temos Roberto Borges Martins, João Luís Ribeiro Fragoso, Caio César Boschi, Amílcar Martins Filho, Jacob Gorender e Ciro Cardoso. Esses autores criticam duramente esta linha historiográfica, principalmente no que se refere à função agroexportadora desempenhada pelas colônias americanas e a importância dos setores da economia. Esta visão, já exposta rapidamente acima, supõe que o desenvolvimento de cada região da colônia dependeria do tipo de atividade econômica desempenhada, e também de sua diversidade. A partir desse ponto, podem ser estudadas as diferenças que as atividades realizadas na colônia portuguesa na América promoveram em cada um dos, hoje, estados brasileiros.

Assim, esta monografia tem como objetivo orientar e atualizar um debate entre essas visões, comparando-as e sumarizando-as, de modo que venha a facilitar os estudos subseqüentes. É de grande importância o conhecimento das críticas de cada uma das visões aqui estudadas.

O primeiro capítulo tratará do debate acerca da economia colonial, ou seja, acerca do Antigo Sistema Colonial. Segundo a historiografia, a função desse sistema era ligar as economias das colônias com suas metrópoles, onde as primeiras adquiririam o papel de suporte e apoio às últimas em suas atividades econômicas, principalmente do ponto de vista comercial. Será explicitado um panorama geral, onde discutiremos o pensamento

econômico presente na Europa no momento dos Grandes Descobrimentos, o Mercantilismo, que era a doutrina que direcionava as ações dos países europeus, e que os impulsionou para a América, com a finalidade básica de ampliar sua hegemonia comercial. A partir daí, será apresentada a visão que chamamos de tradicional na qual a atividade agrícola de exportação era vista como o cerne da economia colonial, concedendo à agricultura interna um papel meramente secundário. Em contraposição, explicaremos as visões de Jacob Gorender e Ciro Cardoso a respeito da importância da economia de subsistência (ou economia natural, segundo a terminologia de Gorender) para a própria dinâmica econômica da colônia.

O segundo capítulo desse estudo também enfocará o debate entre as duas correntes, mas desta vez focando o desenvolvimento da economia mineira. De um lado, teremos os autores que afirmam ter ocorrido após a decadência da mineração a involução da região das Minas Gerais, colocando que esta região não contribuiu significativamente para o desenvolvimento da economia colonial como um todo. Do outro lado do debate (conforme a interpretação revisionista), mostraremos como essa região contribuiu para o desenvolvimento do país, detalhando suas características particulares, não encontradas em outros locais. O objetivo maior desse capítulo é ressaltar a importância de Minas Gerais pois permitiu a formação de um mercado interno no Brasil, em decorrência da economia extrativa do ouro; além deste ponto, gostaríamos de destacar a relevância do que é conhecido como a protoindustrialização mineira, isto é, uma industrialização originária na província de mineira, resultante das circunstâncias em que esta sociedade se encontrava.

Já o terceiro e último capítulo dessa monografia apresentará as conclusões resultantes da atualização do debate a respeito da economia colonial mineradora.

“Leitor, se não tens desprezo
De vir descer ás senzalas,
Trocar tapetes e salas
Por um alcouce cruel,
Vem commigo, mas ... cuidado ...
Que o teu vestido bordado
Não fique no chão manchado,
No chão do imundo bordel.”

Castro Alves, Os Escravos – Recife, julho de 1865

II. A ECONOMIA COLONIAL

II. I. A Visão Clássica da Colonização

No período em que se dá a expansão da economia mineradora, o mundo europeu se encontrava na fase final de transição do Feudalismo para o Capitalismo (início do século XVIII). O período em questão no que se refere ao mundo colonial se caracteriza pelos limites impostos pelo Exclusivo Metropolitano (também conhecido por Estatuto ou Pacto Colonial) criando um relacionamento de extrema dependência por parte das colônias.

Segundo a visão tradicional, a colonização é vista como um sistema, que está representado num conjunto de relações entre a metrópole e suas respectivas colônias, sendo que é esta relação, tomando formas mercantilistas, a responsável pela colonização europeia no Novo Mundo. Em outras (e já conhecidas) palavras, este é o *sentido* da colonização. Segundo Caio Prado Júnior:

“Aquele ‘sentido’ é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro... (...) A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo mais que nela existe, e que é aliás de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.”¹

Fernando Novais também concorda com a visão de Caio Prado Júnior e afirma que:

“Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento (*o sistema colonial*) se processa travejado de por um sistema específico de relações, assumindo assim a forma

mercantilista de colonização, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora européia. Noutras palavras, é o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização européia no período que medeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial.”²

As relações entre a metrópole e as suas colônias, como veremos mais adiante, partem de um modelo que considera o papel da colônia como sendo o de um centro de consumo (mercado consumidor) dos produtos fabricados na metrópole, um centro de fornecimento de matérias primas e produtos tropicais, além de abrigo para os trabalhadores metropolitanos (as colônias deveriam constituir uma forma inédita de expansão de expansão econômica da metrópole; daí a valorização das terras descobertas, decorrendo deste fato sua ocupação e povoamento). Em suma, sua tarefa era tão somente promover o desenvolvimento econômico da metrópole.

“Na medida em que a colonização se constituía num dos elementos, quiçá o mais importante, no processo de fortalecimento dos Estados modernos e de superação das limitações ao desenvolvimento da economia capitalista européia, a política colonial seguida pelas potências, que se vai elaborando juntamente com o próprio movimento colonizador, passa a integrar um esquema mais amplo de política econômica, que teoriza e coordena a ação estatal na época moderna: a política mercantilista.”³

¹ Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 113.

² Fernando Novais, *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI – XVIII)*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 14.

³ Fernando Novais, “O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial”, Organização de Carlos Guilherme Mota, in *Brasil em Perspectiva*, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995, p. 50.

II. I. I. A Doutrina Mercantilista

Segundo Eli F. Heckscher⁴, um dos maiores conhecedores do tema, a Doutrina do Mercantilismo afirmava que a acumulação de riquezas (ouro e prata) era o indicador de desenvolvimento econômico, prosperidade e riqueza de uma nação (acumulação essa proveniente da circulação de mercadorias)⁵. Portanto, nada mais compreensível que os países procurassem aumentar suas reservas desses minerais, buscando-as em outros locais (agora entendemos o papel econômico das Grandes Navegações, no sentido de descobrir novas terras onde pudesse ser encontrado esse tipo de metal). Além da idéia metalista (identificação do nível de riqueza ao montante de metal nobre existente numa nação), o Mercantilismo pregava a idéia da balança comercial favorável, o que na prática correspondia a entrada líquida de metais nobres (*bullión*). Decorre deste fato, o estabelecimento de uma política protecionista, que consistia na elevação de tarifas alfandegárias, no fomento da produção nacional, de preferência, manufaturas (estímulo interno voltado para o aumento das exportações daqueles produtos que concorriam vantajosamente no mercado externo), no estímulo à importação de produtos primários⁶,

⁴ Conforme já citado na Introdução desse estudo, consultar Eli F. Heckscher, *op. cit.* e também do mesmo autor *La Época Mercantilista (Historia de la Organización y las Ideas Económicas desde el Final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal)*, México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

⁵ Em Virgílio Noya Pinto, *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português: uma Contribuição aos Estudos da Economia Atlântica*, São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979, encontramos uma interessante explicação a respeito da passagem para a visão mercantilista a partir da Idade Média. Este autor diz que essa passagem se refere a uma série de modificações estruturais de ordem:

1. Geográfica: colonização e exploração do Novo Mundo pelas nações economicamente dominantes;
2. Política: em virtude da formação dos Estados Modernos, o Mercantilismo aparece como uma doutrina que traduzia no plano econômico as aspirações de riqueza e independência;
3. Espiritual: a mentalidade renascentista trouxe o engrandecimento do individualismo;
4. Demográfica: surto demográfico ocorrido entre 1450 e 1550/1660;
5. Sócio-econômica: descoberta da prata provocou o aumento geral dos preços, motivando as transformações econômicas (entre elas, o aumento de impostos). O fortalecimento dos reis contribuiu para a sobreposição da burguesia sobre os restos do Feudalismo.

⁶ Aqui podemos novamente observar o importante papel das colônias para o Mercantilismo.

que manufaturados pudessem ser exportados⁷. Podemos resumir as cinco características significativas do Mercantilismo:

1. Idéia Metalista: o índice de riqueza de uma nação estava, nessa doutrina, diretamente relacionado à quantidade de metais nobres possuída;
2. Idéia da Balança Comercial: para que fosse possível aumentar a quantidade de moedas num determinado país, o comércio entre as nações constituía elemento importante, desde que houvesse um superávit das exportações em relação às importações (preços e quantidades exportadas deveriam ser superiores às importadas);
3. Medidas Protecionistas: todas elas (como, por exemplo, a já citada elevação da tarifa alfandegária) tinham como objetivo beneficiar a balança comercial do país que delas se utilizava (estratégia de política econômica observada até os dias atuais);
4. Medidas Industriais: de forma a elevar a produção interna destinada ao mercado de exportação (e assim, mais uma vez beneficiar a balança comercial), era necessário que o Estado garantisse alguns incentivos à produção, de maneira que os preços dos produtos exportados fossem o mais baixo possível. Isso pressionava também os preços internos para baixo, e com eles os salários (lembrar que o Mercantilismo não é uma doutrina que se preocupa com o bem-estar social, mas sim com o fortalecimento do Estado);
5. Sistema Colonial: as colônias eram o elemento dinamizador do sistema, garantindo as políticas mercantilistas. Dessa forma, chegamos ao ponto de

⁷ Para isso, era necessário que o custo de produção dos manufaturados fosse extremamente baixo (para concorrer no mercado externo).

partida iniciado neste estudo. Um país que estivesse de acordo com essas práticas comerciais chocava-se de frente com os outros, seus concorrentes. O vencedor dessa competição era determinado por aquele que tivesse maiores benefícios provenientes de suas colônias. É por esse motivo que elas são tão importantes pois dão à suas respectivas metrópoles um caráter diferenciador e determinante. O regime de comércio entre a metrópole e a colônia era fundamental para permitir que a primeira adquirisse muitas vantagens (leia-se, retorno monetário).

As colônias devem, portanto, dar à metrópole europeia um maior mercado consumidor para seus produtos, em geral manufaturados e, posteriormente, industrializados; dar ocupação para um maior número de manufatureiros, artesãos e marinheiros metropolitanos; além de fornecer à mesma metrópole uma maior quantidade dos artigos (produtos primários) que precisa. Nas palavras de Caio Prado Júnior (pg 120),

“as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si próprio, mas para comerciar com o supérfluo no estrangeiro; (...) o povoamento e organização das colônias deve subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessem o comércio metropolitano. Admite no máximo, mas como exceção apenas, a produção de certos gêneros estritamente necessários à subsistência da população e que seria impraticável trazer de fora.”

Assim, entendemos que a colônia é o elemento dinamizador essencial do desenvolvimento econômico da metrópole, sendo de importância fundamental para esta última resguardá-las das outras potências. Toda a administração das colônias partirá da

metrópole, que também desenvolverá atividades fiscais e comerciais monopolísticas. Novamente, usando as palavras de F. Novais, dessa maneira “(...) as colônias preenchem a sua *função histórica* (...)”.

A política mercantilista (dominação do capital mercantil) foi viabilizada pela formação das monarquias absolutistas (unificação territorial e política), que através da centralização de poder e recursos permite o investimento/capital necessário para a corrida em direção ao Novo Mundo, em busca de terras e, principalmente, metais preciosos.

Em suma, o Antigo Regime (etapa intermediária entre a desintegração do Feudalismo e a Constituição do Capitalismo Industrial) tinha como principais características e fatores viabilizadores:

- Absolutismo monárquico (unidade territorial e política);
- Capitalismo comercial (geração e acumulação de capital diretamente vinculada à circulação de mercadorias);
- Política mercantilista (voltada para o desenvolvimento econômico interno de um país);
- Expansão Ultramarina Comercial (com o objetivo de adquirir colônias que desempenhassem papel econômico complementar ao da metrópole).

II. I. II. O Descobrimento do Brasil, os Interesses da Coroa e a Organização da Colônia

Pensando no Brasil do início do século dezesseis, observamos que durante muito tempo não houve qualquer interesse por parte de Portugal em relação às terras americanas (aproximadamente meio século). O motivo era a ausência de um produto capaz de atrair os portugueses e que se enquadrasse dentro da política mercantilista. Isso

significa que a nova colônia exigiria investimentos, sem possibilidade de lucro inicialmente.

Segundo Pandiá Calogeras,

“O descobrimento do Brasil acumulou novas e crescentes dificuldades sobre o Real Erário. A terra provava pobre. nenhuns metais de valia. Nem diamantes, nem rubis, nem pérolas. Papagaios, macacos, pau-brasil, escravos poucos e inferiores, por demais acostumados à sua independência, para lograrem resistir à perda da liberdade. Em suma, mau negócio.”⁸

Assim, inicialmente, o relacionamento entre Portugal e sua colônia americana se resumia à extração de pau-brasil para envio à Europa, onde era usado como corante. Este tipo de atividade era de baixo custo e alto lucro. O contrabando de pau-brasil porém, é constatado, demonstrando o interesse de outras nações européias na terra recentemente descoberta. A presença desses países significava sua rivalidade comercial (rotas e locais de comércio). Assim, dois grupos opostos foram formados: de um lado portugueses e espanhóis, e de outro, os outros países comerciais europeus. Segundo Celso Furtado (pg. 14), “o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias.”⁹ Logo, em virtude da insistência das três nações européias de mais rápida expansão comercial, a saber, Holanda, França e Inglaterra, Portugal teve de

⁸ J. Pandiá Calogeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 7. Sobre o interesse português na América e sua escassez de ouro em Portugal, consultar Sérgio Buarque de Holanda, “A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros”, Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1993.

⁹ Assim que se dá a descoberta de metais preciosos nas colônias americanas, estas sofrem valorização, aumentando o interesse por parte de outras nações. Nesse período é questionada a validade dos tratados anteriormente firmados sobre a divisão dessas terras entre Portugal e Espanha, como por exemplo, o Tratado de Tordesilhas. O texto de Alice P. Cannabrava, “A Grande Propriedade Rural”, Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1993, pode ser recomendado para leitura pois faz referência aos motivos da ocupação e colonização das terras americanas, bem como à organização econômica da nova colônia.

encontrar uma forma de utilização econômica para as terras, de modo que os gastos com a sua defesa fossem pagos: essa foi a origem da exploração agrícola em terras brasileiras. Novamente citando Calogeras, “restavam por descobrir-se os meios e modos de utilizar a colônia econômica e defensivamente.”¹⁰ Dessa forma,

“(...) a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.”¹¹

Ao decidir colonizar suas terras americanas, Portugal preocupava-se em realizar alguma atividade econômica estável, que permitisse cobrir os custos de manutenção da defesa da colônia brasileira. A intenção era explorar de forma estável, possibilitando então o povoamento das terras, fixando os indivíduos à colônia. É ainda importante salientar que, onde não foi possível dedicar-se de imediato à mineração, houve o desenvolvimento de uma atividade agrícola tropical. A colônia tinha, originariamente, liberdade de comércio (utilizando-se os portugueses da experiência comercial holandesa), tendo em vista estimular a vinda de recursos e de capitais, de forma que fosse possível a instalação definitiva da empresa produtiva colonial (essa liberdade de comércio foi, efetivamente, um verdadeiro descaso dos portugueses em relação às terras brasileiras: Portugal apenas se preocupou com as terras quando, como dito acima, sentiu-se pressionado por outros países). O produto escolhido para ser cultivado na colônia brasileira foi o açúcar em razão da experiência técnica dos portugueses, que já o haviam produzido em algumas ilhas do Atlântico, e da aceitação que o produto tinha na Europa, integrando rapidamente o Brasil na dinâmica mercantilista. Passamos da esfera da circulação para a da produção. A

¹⁰ J. Pandiá Calogeras, *op. cit.*, p. 11.

¹¹ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961, p. 16.

organização da produção toma características peculiares, descritas mais adiante (a saber, monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava africana). Para Roberto Simonsen, em livro escrito no início dos anos 60, os portugueses, para ocupar efetivamente as terras americanas, tiveram que se dedicar à agricultura latifundiária exportadora, de forma que esta atividade assegurava a posse da terra e o seu rendimento (leia-se, auto-sustento)¹², sem causar grandes investimentos da metrópole.

A partir de então há uma mudança radical na forma de conduzir o comércio de sua colônia. Portugal instituiu o Exclusivo Metropolitano, a essência do regime comercial entre a metrópole e a colônia¹³. Este monopólio era a característica básica do sistema e por seu intermédio realizou-se a expansão colonizadora. A metrópole, com a introdução do Exclusivo, passa a ser a única com permissão para comercializar com a colônia. Esse elemento marca uma transição entre o descaso pelas novas terras e a instalação e funcionamento de uma empresa agrícola, que possibilitasse lucros altíssimos aos portugueses, uma vez que tinham o monopólio na compra e na venda de quaisquer produtos.¹⁴

Assim, o Pacto Colonial (outro nome para o Exclusivo Metropolitano) decorreu da ineficácia do comércio livre ultramarino para as necessidades do capitalismo mercantil europeu (no caso, português), pois a concorrência de outros países provocava diminuição

¹² Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 33.

¹³ Este elemento está em concordância com as práticas mercantilistas e os objetivos metropolitanos de benefícios comerciais.

¹⁴ Sobre o comércio colonial, intercolonial e participação do Brasil no comércio internacional, consultar José Jobson de A. Arruda, *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo: Editora Ática, 1980; José Roberto do Amaral Lapa, *O Antigo Sistema Colonial*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1982; Arthur César Ferreira Reis, "O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas", Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1993 e Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*

dos lucros.¹⁵ O monopólio tornou-se mais intenso quando do crescimento da exploração da indústria açucareira no Brasil: os preços da cana-de-açúcar pouco variavam na colônia, enquanto que em Portugal, ocorriam elevações significativas, gerando então o sobrelucro para a burguesia mercantil, resultante do monopólio do comércio. Novamente, segundo Fernando Novais (pg. 61-62):

“O ‘exclusivo’ metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este é o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais, ancilares. Efetivamente, detendo a exclusividade da compra dos produtos coloniais, os mercadores da mãe-pátria podiam deprimir na colônia seus preços até ao nível abaixo do qual seria impossível a continuação do processo produtivo, isto é, tendencialmente ao nível dos custos da produção; a revenda na metrópole, onde dispunham da exclusividade da oferta, garantia-lhes sobrelucros por dois lados – na compra e na venda. Promovia-se assim, de um lado, uma transferência de renda real da colônia para a metrópole, bem como a concentração desses capitais na camada empresária ligada ao comércio ultramarino.”

Pelo descrito acima, podemos imaginar o quão rentável era esta empreitada comercial, havendo, portanto, fortes motivos para que os excluídos dessa atividade (outras nações comerciais européias) burlassem as regras e se dedicassem ao contrabando. Essa atividade foi muito disseminada durante o período em que reinou o pacto colonial (e existia exclusivamente em função deste), e mesmo correndo os riscos de prisão, multas e confisco de mercadorias e navios, os contrabandistas (principalmente ingleses e holandeses) viam nessa atividade perspectivas de lucro compensadoras dos riscos.

¹⁵ Fernando Novais, *Estrutura e ... op. cit.*, p. 37-50.

Em relação à forma de organização das colônias, temos que sua estrutura sócio-econômica também foi decorrente do regime mercantilista (subordinado a ele) e, portanto, da função de complementaridade que as colônias desempenham, ofertando em grandes quantidades produtos demandados no mercado europeu, como por exemplo açúcar, tabaco, algodão, cacau, ouro, prata, matérias primas, peles de animais, entre outros. No caso do açúcar, sabemos que ele tinha alto valor comercial e, portanto, mercado consumidor garantido na Europa .

O tipo de produto, bem como o ritmo de sua produção deveriam estar adaptados ao mercado europeu, ao sistema; era portanto, o setor de exportação das colônias que ditava o processo produtivo. Além da produção para exportação, havia nas colônias um setor voltado para a produção de subsistência, uma vez que elas não importavam este tipo de produto. “Nos períodos em que a procura externa se retraía, isto é, quando baixavam os preços europeus dos produtos coloniais, as unidades produtoras da colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, pois diminuía sua capacidade de importar; quando ao contrário, ampliava-se a procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores na produção exportadora; abria-se então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente. Era pois, o setor de exportação que comandava o processo produtivo no seu conjunto.”¹⁶ Caio Prado Júnior também considera que a economia colonial “voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional.”

A agricultura de subsistência era extremamente importante para a colônia, apesar de estar numa posição secundária (isso decorre do fato de não atender o mercado de exportação, não apresentando, portanto, relevância econômica). Logo, em determinadas

épocas, esta atividade quase desaparecia, como constatado no parágrafo anterior. Essa agricultura voltava-se ao consumo interno e à manutenção da colônia; baseava-se na pequena propriedade, na policultura e no trabalho do próprio lavrador. Localizava-se geograficamente, ou em terra própria destinada a ela, ou, na maior parte dos casos, entre os pés da cultura principal (de forma a não atrapalhar seu cultivo, nem a ocupar terras que poderiam ser usadas com outros fins); os terrenos sempre tinham qualidade inferior. Seus principais produtos eram o arroz, a mandioca, o trigo, o feijão, o milho, as hortaliças e frutas. Essa agricultura era insuficiente para a população existente, que chegava a passar fome em épocas de elevação dos preços do açúcar no mercado internacional.

Tendo em vista os elementos descritos acima, é possível concluir que tanto o comércio (comercialização de produtos, sempre subordinada ao Exclusivo Metropolitano), a produção (a variedade de produtos ofertadas à metrópole, e demandados pelo mercado europeu) e a organização dessa produção¹⁷ (subdivisão interna, como descrito acima, entre a produção voltada para a exportação e para o consumo interno, prevalecendo a primeira) faziam parte do Antigo Sistema Colonial, concordando, portanto, com as diretrizes da Doutrina Mercantilista.

Uma consequência, é a adoção do sistema de trabalho compulsório escravo em propriedades monocultoras (este tipo de propriedade é necessário pois permite a produção agrícola para exportação em escalas vultuosas, diluindo os custos fixos). A literatura da História Econômica, porém, está repleta de textos que alertam para maiores vantagens econômico-financeiras na utilização do trabalho assalariado em oposição ao

¹⁶ Fernando Novais, *Estrutura e ... op. cit.*, p. 76.

¹⁷ Entenda-se por organização da produção, a forma pela qual a produção dos itens de exportação se encontrava organizada. Em outras palavras e de maneira mais explícita, a organização da produção seguia a estrutura conhecida por Tríade: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo compulsório.

trabalho escravo (alguns chegam a utilizar o termo 'antieconômico' para definir a forma de trabalho escrava no final do século XIX – como veremos no próximo capítulo, na segunda metade do século passado, os escravos são gradualmente substituídos por trabalhadores assalariados). Os proprietários de escravos deveriam dar-lhes alimentação e moradia, sendo que nos períodos de baixa demanda por produtos coloniais, não era possível dispensar esse tipo de mão-de-obra (representavam um ativo, um investimento), como com assalariados. Além desse fato, a compra de escravos exigia um adiantamento de dinheiro enquanto que o trabalhador assalariado só era pago após a realização de suas tarefas. No início das atividades de implantação da empresa açucareira no Brasil (e também na época das atividades extrativas do pau-brasil), o índio foi utilizado como mão-de-obra, pois se encontrava "disponível"¹⁸. A partir do momento em que o açúcar começa a tornar rentável, o tráfico de escravos africanos toma importância. O apresamento de indígenas foi substituído, por ser uma atividade interna à colônia, com os conseqüentes ganhos permanecendo internamente, não incorrendo em qualquer benefício à metrópole (fora dos objetivos da política mercantilista). O pretexto do tráfico era serem os africanos "superiores" aos indígenas e também aos europeus. "Depois da descoberta da América (1492) começaram os negros a ser importados no Novo Mundo como poderosos instrumentos de trabalho; e assim como para o cativo dos Índios diziam ser estes mais fortes que os Europeus. Assim para os dos negros, alegavam ser melhores que os Índios!"¹⁹

¹⁸ Para mais informações a respeito do caso da mão-de-obra no Brasil colônia, consultar Maurício Goulart, "O Problema da Mão-de-Obra: O Escravo Africano", Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1993.

¹⁹ Sobre o tráfico de escravos e os escravos no Brasil, consultar Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes em Convênio com o Instituto do Livro, 1976, p. 24.

Perdigão Malheiro afirma na página 23 de seu livro *A Escravidão no Brasil* que, “a cobiça despertou a especulação mercantil; o amor do ganho descobriu no comércio dessa mísera gente uma fonte de lucros e riqueza; o negro foi transformado em mercadoria.” Portanto, a adoção do escravo negro-africano foi mais uma adaptação ao Sistema Colonial Mercantilista, no qual unicamente os traficantes de escravos deveriam lucrar com a atividade (auferiam sobrelucros decorrentes da diferença entre os preços de compra na África e os preços de venda na colônia brasileira). Conforme Fernando Novais, o tráfico de escravos africanos explica este tipo de escravo, e não o contrário. A idéia de que o índio é inapto ao trabalho forçado não tem fundamento histórico, e aparece como forma de mascarar os interesses econômicos da burguesia mercantil portuguesa. Segundo o historiador Caio Prado Júnior. (pg. 113-114),

“na agricultura (...), o elemento fundamental será a grande propriedade monocultural trabalhada por escravos. Esse tipo de organização agrária, que corresponde à exploração agrícola em larga escala, em oposição à pequena exploração do tipo camponês, não resulta de uma simples escolha, alternativa eleita entre outras que se apresentavam à colônia. (...) Dando à organização econômica da colônia esta solução, a colonização portuguesa foi estritamente levada pelas circunstâncias em que se processou, e sofreu as contingências fatais criadas pelo conjunto das condições internas e externas que acompanham a obra aqui realizada por ela. A grande exploração agrária – o engenho, a fazenda –, é consequência natural e necessária de tal conjunto; resulta de todas aquelas circunstâncias que concorrem para a ocupação e aproveitamento deste território que havia de ser o Brasil: o caráter tropical da terra, os objetivos que animam os colonizadores, as condições gerais desta nova-ordem econômica do mundo que se inaugura com os grandes descobrimentos ultramarinos, e na qual a Europa temperada figurará no centro de um vasto sistema que se estende

para os trópicos a fim de ir buscar neles os gêneros que aquele centro reclama e que só eles lhes podem fornecer. São estes, em última análise, os fatores que vão determinar a estrutura agrária do Brasil colônia. Os três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo, são formas que se combinam e completam; e derivam diretamente e com conseqüência necessária, daqueles fatores.”

Estes três caracteres citados por Prado Júnior. são a base de toda a estrutura colonial voltada para a exportação, como temos no caso do Brasil. Toda a expressão social e econômica dessa sociedade concentra-se numa mesma unidade produtora.

Para finalizar, podemos observar pelo descrito acima que a importância das colônias americanas, descobertas na época da empreitada ultramarina, consistiu na expansão do comércio europeu. Assim, o eixo desloca-se dos países europeus centrais para os países europeus litorâneos. “Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu.”²⁰

II. II. A Visão “Não-Clássica” da Colonização

II. II. I. A Função da Colonização

Em oposição à visão mais tradicional, temos aqueles autores já citados na Introdução desse trabalho, que promovem uma série de questionamentos às idéias defendidas pela corrente clássica, principalmente no que se refere à ocupação, povoamento, colonização e produção no Brasil colonial. Entre eles, podemos citar Jacob

Gorender (que trata de forma muito explícita da importância da economia natural ou de subsistência) e Ciro Cardoso (que enfoca mais especificamente as relações sociais presentes na colônia e, conseqüentemente a mão-de-obra escrava utilizada na produção dos itens de exportação).

Nos séculos XV e XVI temos a expansão comercial ultramarina e o desenvolvimento do colonialismo moderno. Portugal torna-se pioneiro nesta empreitada por várias vantagens, conforme já comentado anteriormente, em virtude de sua privilegiada posição geográfica, delineamento de suas fronteiras nacionais, centralização do poder nas mãos do Estado (Absolutismo), ausência de conflitos internos e interesse comum da nobreza e da burguesia mercantil em tornar a área de comércio maior (aumento da área de influência comercial, possibilitando facilidades para novos negócios).

A Coroa portuguesa financiou as empreitadas ultramarinas, e como conseqüência, pode explorar intensamente os lucros monopolistas provenientes dessa expansão. A burguesia mercantil representava uma camada da população que era sinônimo de êxito e dinheiro, o que provocou a perseguição e repressão por parte da nobreza lusa. Segundo Jacob Gorender, este fato teve repercussões prejudiciais para Portugal, pois nessa sociedade foi bloqueada uma maneira de desenvolvimento capitalista: aplicação do capital comercial acumulado no processo interno de produção (o que originaria o capitalismo industrial). Este autor faz uma crítica, afirmando que:

“a idéia, adiantada por Eric Williams e enfatizada por Fernando Novais, segundo a qual o sistema colonial constituiu ‘a principal alavanca na gestação do capitalismo

²⁰ Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 16.

moderno' ou 'elemento decisivo na criação de pré-requisitos do capitalismo industrial', é uma idéia simplista (...).²¹

Conforme este autor, a burguesia mercantil lusa não aplicava seu capital na produção industrial interna, tendo que concordar quando ele critica o sistema colonial como propulsor do capitalismo industrial. Este autor ainda argumenta que Portugal praticava um mercantilismo inferior (ao contrário da França e Inglaterra), contentando-se com a exploração colonialista sem evoluir no protecionismo da indústria nacional.

II. II. II. A Importância da Economia de Alimentos

Jacob Gorender está de acordo, porém, com a linha clássica no que se refere à forma de organização no escravismo colonial dominante: *plantation* (o termo utilizado por esse autor em português é plantagem), e que ela tem como função primordial o abastecimento dos mercados consumidores mundiais, e não no abastecimento do próprio mercado regional interno. Segundo Jacob Gorender, este é a razão de existência das *plantations* coloniais na América.

Jacob Gorender ainda destaca a importância crucial da agricultura de subsistência, em suas palavras "necessidade estrutural", uma vez que a continuação da vida nas colônias depende essencialmente da produção interna.

"Produção agrícola especializada é sinônimo de *monocultura*. Mas esta característica não deve ser tomada no sentido absoluto, do que resulta uma visão unilateral. A plantagem escravista contém um setor de economia natural, cuja produção se consome dentro da própria unidade produtora e que, por mais secundário com relação à produção comercial especializada, não deixa de representar *necessidade estrutural*."

²¹ Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*, São Paulo: Editora Ática, 1992, p. 113.

(...) Regida por lei específica do modo de produção, a correlação entre economia mercantil e economia natural torna a monocultura uma tendência, essencial sem dúvida, porém só excepcionalmente realizada em sua plenitude. (...) A plantagem escravista nunca chegou a constituir, por isso, uma organização mercantil *em sua totalidade*. Havia nela permanentemente dualidade interna, com tendência à monocultura, sua motivação vital, conflitando sempre com os limites da economia natural.²²

Como podemos observar no trecho acima, o autor considera que a monocultura de exportação constituiu uma tendência no período colonial, mas a economia natural também teve papel fundamental na produção. Apesar de tender à forma de plantagem, o autor, não a via, na economia colonial, como meio exclusivo de produção. Em sua visão, coexistiam pequenas e grandes plantações. As vantagens da plantagem monocultora escravista, porém, eram consideravelmente superiores, e em virtude do grande número de trabalhadores que nela atuavam, escravos de baixa produtividade, pode ser explicada a sua função como base da economia colonial. A estrutura do modo de produção realizado nas plantagens escravistas coloniais era "bissegmentada"²³, o que reforça o aspecto dominante tendencial da atividade mercantil exportadora e a significância da agricultura de subsistência.²⁴

Outros autores também trataram da importância da economia de subsistência, como por exemplo, Alcir Lenharo. O autor concorda com a idéia de que a historiografia tem sempre colocado este tipo de atividade num segundo plano, "subsidiário da economia de exportação, constituindo, portanto e apenas, um pólo complementar à economia de

²² Jacob Gorender, *op. cit.*, p. 79.

²³ Este termo é utilizado pelo autor como forma de expressar a característica dual dessa economia.

exportação.”²⁵ Crítica que esta economia seja vista como de baixa produtividade e rentabilidade, tendendo à auto-suficiência.

A relevância da agricultura de subsistência está no fato de “a economia escravista tornar-se inviável se tivesse de suprir sua população trabalhadora unicamente com gêneros alimentícios importados, cujo custo demasiado elevado os tornava exclusivos dos senhores de escravos, à exceção de uns poucos itens também consumidos pelos escravos (charque e peixe seco, por exemplo).”²⁶ Essa produção deveria, portanto, abastecer o consumo interno da colônia, funcionando como apoio sendo estruturalmente necessário (para a sobrevivência do sistema mercantil colonial exportador, era necessário que houvesse dentro da colônia um segmento agrícola voltado exclusivamente para o fornecimento de alimentos aos seus habitantes, tanto homens livres, quanto escravos).

Essa economia natural era praticada nas próprias terras destinadas ao cultivo da cultura principal de exportação, plantando-se as mudas dos itens de consumo interno entre os pés da cultura principal.

Apesar de dar à agricultura natural maior relevância que os autores clássicos (que a viam representando um papel mais secundário), Jacob Gorender enxerga a influência da situação conjuntural como elemento marcante do dinamismo do mercado exportador (tal qual esses autores). Isso significa que o autor em questão considera que este tipo de economia sofra variações conforme a demanda, no mercado externo, do produto de exportação:

²⁴ É importante salientar que a economia mineradora também esteve “bissegmentada” em economia principal mineradora e economia mercantil de alimentos, componente de todo o período escravista.

²⁵ Alcir Lenharo, *As Tropas da Moderação (O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil: 1808 – 1842)*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993, p. 26.

²⁶ Jacob Gorender, *op. cit.*, p. 237.

- Em momentos de alta dos preços do produto de exportação, a produção desse gênero na colônia aumenta de forma a suprir a demanda do mercado. Automaticamente a economia natural dispõe de menos terras e recursos, como por exemplo mão-de-obra. A produção interna desse tipo de produto cai, queda que vem acompanhada da elevação de preços. É provável que em ciclos de alta de preços de maior intensidade e duração, haja entre a população pobre e escrava períodos de fome. Para os escravos, existem duas conseqüências: aumento do trabalho (e portanto do esforço físico) e diminuição e queda da qualidade da alimentação;
- Em momentos de baixa dos preços do gênero principal de exportação ocorre exatamente o processo contrário. O dono da propriedade escravista deveria diminuir a produção mercantil aumentando então (simples reflexo) o espaço para o cultivo da economia de subsistência. Podemos constatar que esse segmento da economia colonial representava a variável dependente. Na verdade, essa economia permitia uma margem de manobra maior, flexibilizando a economia monocultora de forma a agilizar respostas a solicitações do mercado consumidor internacional.

Em suma, Gorender defende o papel primordial da economia de alimentos como suporte à economia colonial, pois sem ela, não haveria condições de a colônia prover o sustento tanto de senhores, como de escravos. No que se refere à acumulação de capital, para este autor a simples exploração das colônias, inundando a metrópole portuguesa de riquezas não era ato grandioso; Portugal, em sua opinião, deveria acumular capital para investimentos na indústria nacional. Assim, o objetivo, para este autor era maior que a acumulação mercantil, incluindo a inversão desses capitais de forma a promover o estímulo endógeno para o desenvolvimento industrial.

II. II. III. O Trabalho Escravo

No que diz respeito ao trabalho escravo adotado, esse fato somente permite aos traficantes de escravos lucros monopolistas (uma vez que este autor também acredita na idéia de que o tráfico explica o escravismo). Os índios foram utilizados no início da ocupação portuguesa na América até a intensificação do tráfico de escravos. Não se sabe ao certo a "data da chegada à América lusa dos primeiros africanos. Supõe-se hajam vindo à Bahia, por 1538. Uma vez pôsto em movimento, nunca cessou o alfluxo servil até a abolição do tráfico, em 1850."²⁷

Um outro aspecto bastante importante levantado por Jacob Gorender é o que se refere à compatibilidade do trabalho escravo com a evolução tecnológica. Depois de citar e comentar alguns desenvolvimentos na aparelhagem utilizada no beneficiamento da cana-de-açúcar e também no algodão, este autor afirma que "a plantagem absorveu inovações tecnológicas, o que afasta a idéia da incompatibilidade absoluta entre progresso técnico e trabalho escravo."²⁸ Estas inovações, inclusive, provocaram aumento da produtividade, como por exemplo a gerada pela moenda de três cilindros, utilizada nos engenhos de cana-de-açúcar. Em substituição à moenda de dois cilindros (gargalo tecnológico em virtude da demora da moagem, o novo equipamento permitia maior rapidez e também maior aproveitamento de cada vara de cana, uma vez que cada uma poderia ser espremida duas vezes, por ambos os lados.

Ciro Cardoso concorda também com a visão clássica de que a escravidão colonial estava vinculada à lógica de acumulação comercial européia. Para ele, este é o item fundamental para explicar a escravidão americana. A América produziria artigos tropicais

²⁷ J. Pandiá Calogeras, *op. cit.*, p. 27.

²⁸ Jacob Gorender, *op. cit.*, p. 95.

para o mercado europeu, em grandes quantidades (artigos estes que tinham espaço garantido no mercado consumidor do Velho Mundo). E para produzir em grandes quantidades era necessário utilizar a mão-de-obra escrava. Um outro fator que justifica o uso desse tipo de força de trabalho é a grande oferta de terras no continente americano. Segundo essa visão, nenhum trabalhador se submeteria a trabalhar para outro e receber um salário se pudesse ser, ele mesmo, dono de um pedaço de terra e nele produzir para o comércio (esta teoria é conhecida como Teoria de Wakefield²⁹). Com tudo isso, constata-se mais uma vez que a colonização da América esteve intimamente ligada à expansão comercial da Europa.

Segundo sua definição de *plantation* escravista, esta representava uma grande “propriedade rural relativamente extensa, cujas características principais seriam: 1) dedicar-se prioritariamente e em escala importante a atividades agrícolas ou agroindustriais de exportação; 2) possuir uma mão-de-obra escrava abundante; 3) apresentar um nível importante de investimentos; 4) dispor dos seus produtos no grande comércio oceânico (...)”³⁰

²⁹ Conforme consta em Lígia Osorio Silva, *Terras Devolutas e Latifúndio (Efeitos da Lei de 1850)*, Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p.95-110, Edward Gibbon Wakefield foi um economista inglês que estudou a questão da abundância de terras e de mão-de-obra nas colônias, e cujo ponto de partida eram os elevados salários pagos aos trabalhadores das colônias, para que eles continuassem trabalhando para terceiros. Inicialmente foram feitas doações e permitidas apropriações por parte dos trabalhadores recém-chegados. “Mas, o problema que inquietava os capitalistas das colônias era a possibilidade de todo colono recém-chegado tornar-se proprietário. Essa possibilidade acarretava a elevação dos salários devido a uma permanente escassez de mão-de-obra.” (p. 100) Esses altos pagamentos faziam com que os assalariados em pouco tempo adquirissem suas próprias terras. Assim, como forma de prender o trabalhador assalariado ao capitalista, Wakefield sugeriu um preço justo (ou, no original, “sufficient price”) de forma a permitir que os capitalistas das colônias não fossem prejudicados pela escassez de mão-de-obra: a idéia de Wakefield era impedir que os imigrantes (através da elevação do preço das terras, mesmo das mais baratas e de pior qualidade), adquirissem terras nas colônias cedo demais, e ao invés de trabalharem para terceiros, tornavam-se produtores independentes. Esta teoria, como explicitado aqui, foi proposta para atender as colônias que empregavam, no século XIX, mão-de-obra assalariada. No caso do Brasil, esta teoria não se aplica, uma vez que aqui se empregava a mão-de-obra escrava. Como era trabalho compulsório, os cativos não tinham como adquirir terras, uma vez que não recebiam pagamento por suas atividades.

³⁰ Ciro Flamarion Cardoso, *A Afro-América: a Escravidão no Novo Mundo*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 33.

Conforme o autor, as *plantations* eram constituídas por dois setores agrícolas ligados e dependentes: o voltado para a exportação e aquele dedicado à produção de alimentos. Este último se encontrava subordinado ao primeiro (de acordo com o já explicitado anteriormente, na visão de Jacob Gorender) e por ele regulado. Nesse tipo de propriedade, houve baixo desenvolvimento tecnológico, salvo em algumas áreas (beneficiamento dos produtos de exportação). A reprodução desse sistema era baseada no tráfico escravista, sem o qual não se desenvolveria. Os escravos eram bastante maltratados, sofrendo violência além de terem uma alimentação precária. Temos informações de que a vida de um escravo chegava em média aos 25 anos (o escravo em questão é aquele que trabalha na *plantation* agrícola; não confundir com o escravo que desempenhava outras atividades, como por exemplo, o escravo doméstico).

Sobre esta questão da economia de subsistência, Ciro Cardoso comenta rapidamente, num artigo publicado no periódico *Estudos Econômicos*, a sua importância. Nesta passagem, Cardoso descreve os principais mecanismos do sistema escravista colonial, destacando a importância da estrutura econômica. Conforme descrito acima, economia da colônia era formada, pelo menos, por dois setores agrícolas articulados entre si. Um, voltado para o mercado externo, ou seja, a agricultura de exportação, enquanto que o outro era constituído por um setor camponês, subordinado ao anterior, cuja principal função era a produção de alimentos para o consumo interno.

“O setor camponês era necessário ao funcionamento do sistema global de vários pontos de vista: minimização das despesas de manutenção da população escrava; provisão de alimentos para a população livre através de um comércio interno exercido em parte pelos escravos (que podiam conservar os ganhos obtidos ao vender os excedentes de suas parcelas); como mecanismo preventivo de controle, para diminuir

o perigo das fugas e revoltas de escravos. O setor camponês, sempre subordinado ao escravismo dominante, nunca esteve ausente, mas pôde ser mais ou menos importante segundo os casos, tanto no que diz respeito à produção da subsistência (comida, roupa) da população escrava que garantia, quanto às suas repercussões sociais. Sua importância parece ter sido máxima no Caribe e mínima no Sul dos Estados Unidos.”³¹

A rentabilidade da empresa escravista era tanto maior quanto menor as despesas com a manutenção dos escravos (estando, portanto, intimamente relacionada com a economia de subsistência); quanto maior a auto-suficiência em relação aos insumos locais, quanto maior a escala de produção dos artigos tropicais de exportação.

Ao tentar explicar a escravidão no Brasil colonial, Ciro Cardoso afirma:

“Em primeiro lugar, um regime baseado nas relações escravistas de produção surgiu onde existia a possibilidade, seja de produzir para o mercado europeu artigos tropicais em quantidades amplas, seja de explorar jazidas de metais preciosos, desde que fosse possível resolver o problema da necessidade de uma mão-de-obra abundante e disciplinada (pois os recursos naturais existiam em enorme quantidade), cujo caráter mantivesse baixos os custos de produção. Em segundo lugar, tal regime surgiu onde não foi possível estabelecer ou manter (como pelo contrário, ocorreu no México ou no Peru) uma estrutura de produção baseada principalmente na incorporação e exploração da força de trabalho dos índios, dentro ou fora das comunidades indígenas.”³²

³¹ Ciro Cardoso, “Escravidão e Dinâmica da População Escrava nas Américas”, in *Estudo Econômico*, São Paulo: IPE/USP, vol. 13, número 1, jan/abr 1983, p. 45/46.

³² Ciro Cardoso, *A afro-América... op. cit.*, p. 15/16.

Como dito acima, os produtos brasileiros destinados ao mercado europeu deixavam transparecer uma divisão do trabalho entre a metrópole e as suas colônias, uma conseqüência da lógica do capital mercantil.

II. III. Conclusão

Para finalizar, não podemos dizer que houve um mercado interno no Brasil antes do período minerador; de acordo com as interpretações disponíveis podemos constatar que a sua formação surgiu em decorrência da atividade mineradora, porque ela permitiu, como veremos no próximo capítulo deste estudo, abundância de numerário, facilitando as transações comerciais, e também permitiu o desenvolvimento de novas atividades na província de Minas Gerais, principalmente a agricultura comercial de alimentos.

A contribuição dos "não-clássicos" para o debate é a idéia de que, como dito, a agricultura de alimentos contribuiu significativamente para o desenvolvimento da própria agricultura de exportação, uma vez que era responsável pelo sustento e manutenção dos colonos (não deve ser encarada como um setor secundário da economia). Estes autores também declaram que a colonização da América, em virtude do caráter exploratório, deveria ter proporcionado a Portugal maior desenvolvimento industrial, uma vez que o capital mercantil fluía para este país. Podemos dizer que as críticas à interpretação clássica são insuficientes.

“Houve um tempo em que o ouro se encontrava com tanta abundância nos arredores de Vila Rica, Sabará, Vila do Príncipe, etc., que, para descrever a riqueza dessas zonas, ainda hoje se repete com saudade que, quando se arrancava uma touceira de capim, e se sacudiam as raízes, caía ouro em pó de mistura com a areia.”

Auguste de Saint-Hilaire, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais

III. A Economia Mineradora

Neste segundo capítulo abordaremos a relevância do período aurífero das Minas Gerais para a formação do mercado interno colonial, bem como a discussão a respeito de sua industrialização.

III. I. A Descoberta do Ouro em Minas Gerais e suas Conseqüências

III. I. I. Fluxo Migratório, Formação das Cidades e Atividades estimuladas pelo Ouro

Na província de Minas Gerais, em decorrência da mineração, houve o desenvolvimento de vilas e aglomerados urbanos¹, nos quais pudemos perceber a introdução e o crescimento de uma economia mercantil de igual ou maior importância que a mineradora (esta nem sempre foi a principal atividade produtiva na província). Durante o período da mineração, outras atividades tiveram grande progresso, coexistindo com a extrativa, fato extremamente significativo para o crescimento da região.

Essa constatação é possível porque a economia mercantil ainda permaneceu muito forte depois da decadência da mineração. Note que muitas pessoas procuravam esta região não somente pela busca de ouro, mas também em virtude de outras atividades ali realizadas, como por exemplo a agricultura para consumo local e o comércio. Além desse fato, é sempre bom lembrar que o auge da província de Minas Gerais se deu com a intensa produção artística e arquitetônica na segunda metade do século XVIII, momento em que o ouro já não se apresentava como principal atividade econômica.

¹ Conforme comentário do viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 69, "A grande quantidade de ouro que se encontrou em Vila Rica foi a única causa de sua fundação."

Boschi, em seu texto “Apontamentos para o Estudo da Economia, da Sociedade e do Trabalho na Minas Colonial”² faz uma citação, na qual afirma que as idéias que reduzem a importância da agricultura em Minas colonial são influenciadas pela visão da metrópole, baseada nos princípios mercantilistas: as atividades a serem desenvolvidas nas colônias deveriam se adaptar às necessidades da economia metropolitana e do mercado europeu. O papel da colônia seria, conforme já explicitamos no capítulo anterior, o de simples fornecedora de matérias primas e gêneros tropicais, bem como o de alavancadora da economia metropolitana.

”A tendência em se concentrar os esforços na atividade produtiva de interesse da metrópole fez com que atividades importantes para a compreensão da sociedade e da empresa colonial se tornassem apagadas, ou de menor importância, aos olhos dos pesquisadores. Há que se levar em conta, entretanto, que, para a realização plena dos interesses metropolitanos, foi necessária a implantação de uma estrutura colonial, na qual se inserem como condição básica certo número de atividades.”

O descobrimento de jazidas de metal precioso na província de Minas Gerais desencadeou um processo migratório intenso na colônia, de forma que nenhum obstáculo conseguiria impedir o fluxo de indivíduos em busca de rápido e fácil enriquecimento. Segundo Francisco Vidal Luna, “a migração descontrolada do elemento livre e o envio maciço de escravos às minas abateu-se imediatamente sobre outras atividades da Colônia e provocou, até mesmo, enfraquecimento militar de determinadas áreas litorâneas do Brasil.”³ Até em Portugal pode-se sentir o impacto das migrações à região mineradora.

² Caio César Boschi, “Apontamentos para o Estudo da Economia, da Sociedade e do Trabalho na Minas Colonial”, *In Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Sistema Estadual de Planejamento, vol. 4, nºs 2 e 3, maio/dezembro 1989, p. 51.

³ Francisco Vidal Luna, *Minas Gerais: Escravos e Senhores – Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*, São Paulo: IPE/USP, 1981, p. 12.

Segundo Celso Furtado, a população dessa região decuplicou em aproximadamente um século, chegando a metrópole a tomar medidas para impedir o fluxo emigratório.⁴ “A valia, sem precedentes conhecidos, da maior parte desses descobertos explica, por si só, a enorme afluência de forasteiros que, em Ouro Preto, principalmente, mas também em outras partes, entraram a catar e mandar catar ouro dos ribeiros, ou a negociar, vendendo e comprando o que havia mister para sustento e regalo dos moradores.”⁵ É importante notar que desde quando a Coroa tomou ciência da descoberta de ouro na colônia brasileira, para cá enviou ampla estrutura administrativa, voltada essencialmente para a arrecadação dos quintos⁶, refletindo suas ações na atividade produtiva e na sociedade mineiras durante todo o século XVIII.

Terminado o período de euforia inicial da descoberta do ouro, o abastecimento de mercadorias voltou, aos poucos, ao normal; essas mercadorias vinham de todas as partes da colônia, bem como também de Portugal, tornando a província o principal centro consumidor. O colono brasileiro da mineração, ao contrário do que ocorria com o açúcar, era o detentor do dinheiro, do capital, e com isso o comércio ultramarino (os navios responsáveis por trazer as mercadorias da metrópole para o consumo na colônia) passaram a depender das necessidades do consumidor mineiro. Com isso, alterou-se a natureza do comércio, dado que os próprios colonos, detentores de maior poder de compra, exigiam produtos mais caros e sofisticados do além-mar.⁷

⁴ Celso Furtado, *op. cit.*, p. 90-91.

⁵ Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e Pedras Preciosas”, Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, *in História Geral da Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993, p. 266.

⁶ O quinto do ouro era o nome usual dado para a parcela de ouro que a metrópole exigia como tributo pelo desenvolvimento da atividade. Como podemos observar, 20% de todo o ouro extraído no Brasil nesse período foi enviado a Portugal, oficialmente, sob a forma de pagamento de impostos.

⁷ Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 327.

Na província de Minas Gerais, os núcleos urbanos não apareceram por acaso, mas sim em função da atividade extrativa. Auguste de Saint-Hilaire escreve ainda que, relativamente à localização geográfica de Vila Rica, “seria impossível escolher posição menos favorável, pois que essa vila está afastada dos portos de mar e mais afastada ainda de qualquer rio navegável; as mercadorias só podem chegar aí em animais de carga, e seus arredores são completamente estéreis.”⁸ Com a extração do ouro, surgiram “inúmeras atividades paralelas. Embora a mineração representasse a explicação para o rápido povoamento, uma significativa parcela da população ali estabelecida veio a dedicar-se a outras atividades econômicas.”⁹ Relevantes formas de trabalho, relações sociais e econômicas desenvolver-se-ão, permitindo que Minas adquirisse características que a diferenciasses das outras províncias da época colonial. Esses núcleos surgiram próximos aos locais de extração do ouro, ou seja, próximos aos leitos dos rios.

Houve, basicamente, duas fases para a extração do ouro. Na primeira, o ouro era encontrado nos fundos dos rios, o ouro de aluvião – “(...) produto da atividade milenar das águas, a desagregar e a remover as partes leves das rochas decompostas impelem o ouro, mais denso, a acumular-se no fundo dos vales, no leito dos rios e na meia encosta dos morros” – era mais fácil de se explorar e necessitava de pouca aparelhagem. Dependia praticamente do trabalho e da quantidade de escravos. Já na segunda fase da extração aurífera, havia a necessidade de se utilizar técnicas mais avançadas para retirar

⁸ Auguste de Saint-Hilaire, *op. cit.*, p. 69.

⁹ Francisco Vidal Luna, *op. cit.*, p. 18.

o ouro do subsolo. Essa fase tendeu a promover certa estabilidade, quando comparada com a primeira, em que o ouro se encontrava “a céu aberto”¹⁰. Segundo Luna e Costa,

“Durante essa primeira fase, o explorador vivia nômade e a população apresentava-se extremamente diluída. Centrados na atividade mais rentável os mineradores deixam-se absorver completamente pelo trabalho nas aluviões; os períodos de grandes fomes, sincrônicos com a alta dos preços, geraram-se pela concentração dos recursos na tarefa mineratória. A falta de gêneros propiciou a primeira convergência das atividades, até então esparsas, e ensejou os grandes acampamentos ao longo dos rios. Esses primeiros núcleos abasteciam-se por tropas oriundas da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro. (...) Os primeiros povoados viviam a fase embrionária, caracterizada pelo comércio feito por tropas (...).”¹¹

Nesta segunda fase da mineração, na qual o ouro era retirado das minas subterrâneas, e não mais das superfícies e dos leitos dos rios, a extração do metal foi predominantemente realizada pelas companhias estrangeiras, especializadas na mineração do subsolo, especialmente as empresas de nacionalidade inglesa. A companhia inglesa mais conhecida do Segundo Ciclo do Ouro é a Saint John d’El Rey Mining Company.

As vilas e cidades constituíam atrativos não somente para os mineiros, mas também para a população das redondezas, uma vez que os primeiros representavam o elemento que movia o comércio nesses núcleos, pois eram os portadores do poder de compra recentemente extraído da terra. Em cada área de maior intensidade mineratória

¹⁰ Para maiores detalhes sobre os tipos de lavras de ouro, extração, lavagens e utensílios de mineração, consultar Auguste de Saint-Hilaire, *op. cit.*, pg 109.

¹¹ Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa, *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo: FIFE/Pioneira, 1992, p. 15.

surgiu um centro urbano. Caio César Boschi cita em um artigo um trecho da carta do comerciante “Luís Álvares Prieto, sobrinho e correspondente do abastado negociante lisboeta Francisco Pinheiro na praça do Rio de Janeiro, taxativo e eloqüente ao reclamar: ‘Estamos nos meses que se não vende coisa alguma por estarem os mineiros todos nas minas, até o mês de março, que costumam vir e só então é que se vende alguma coisa’.”¹² Um exemplo são os núcleos urbanos mais desenvolvidos, criados oficialmente pela Coroa Portuguesa, Vila do Carmo (hoje, Mariana), Vila Rica (atualmente, Ouro Preto) e Vila de Sabará (hoje, simplesmente Sabará). Essas três vilas não têm apenas função política ou administrativa, mas antes disso, importantes centros comerciais, sociais e religiosos.

Com o crescimento das cidades, encontramos ainda a Coroa Portuguesa, representada por suas instituições e entidades administrativas. O único interesse, na realidade, é a ampliação da vigilância e a arrecadação de tributos relacionados às atividades urbanas desenvolvidas. A política da Coroa relacionada ao ouro tem nitidamente a função de instalar no Brasil um sistema que funcionasse de forma a gerar e remeter para o outro lado do Atlântico a maior quantidade de metais e pedras preciosas¹³. Francisco Iglésias afirma reiteradamente que Portugal não preocupou-se em explorar as minas de ouro de maneira conveniente, nem em elevar o nível de renda da população; ainda não deu atenção às técnicas empregadas nesta atividade extrativa. Em realidade, a metrópole lusitana estava tão somente preocupada na quantidade de minério que receberia sob a forma de tributos: preocupou-se apenas com a fiscalização, utilizando-se para isso de um aparato administrativo e da repressão. “Na papelada oficial, a maior parte

¹² Caio César Boschi, “Nem tudo o que reluz vem do ouro...”, Organizador Tamás Szmrecsányi, *in História Econômica do Período Colonial*, São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1996, p. 61.

diz respeito à fiscalização. O Estado se realizava na função de tributar.”¹⁴ Conforme o viajante francês Saint-Hilaire em obra aqui mais de uma vez citada, “À medida que o ouro era retirado da terra saía das província para nunca mais voltar, e ia enriquecer os comerciantes de Londres e de Lisboa (...).” Em virtude da presença metropolitana surgem nas cidades cada vez mais atividades, como serviços, implicando também no surgimento de novas profissões.

A atividade mercantil mineira não se restringiu somente à região próxima à província, mas movimentou o comércio em grande parte da Colônia, interligando e desempenhando um papel integrador, além de ampliar e desenvolver a noção de comércio. Podemos comprovar esse fato, utilizando-nos da característica da pecuária gaúcha (muares) que tinha um papel essencial, pois fazia o transporte de todos os tipos de produtos do extremo sul da Colônia até pelo menos a região das Minas Gerais, e vice-versa. Uma rota mais importante era a que ligava a região sul da província mineira com o Rio de Janeiro – elo fundamental para os produtos provenientes da metrópole¹⁵.

A atividade desempenhada pelos tropeiros (indivíduos que realizavam o transporte dos produtos, com a finalidade de comercial) teve um crescimento significativo durante o período aurífero mineiro, uma vez que pela localização das jazidas em locais de difícil acesso, a estrada de ferro não conseguia atingi-los. A comunicação por terra era feita exclusivamente por esses muares (muitos provenientes do sul do país), interligando a província e fortalecendo a atividade mercantil. Eram os muares que garantiam as trocas

¹³ Não devemos nos esquecer das jazidas de diamantes, esmeraldas e outros minerais encontradas no Brasil, e de sua exploração por parte dos portugueses. Para maiores esclarecimentos, consultar Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e ...”, *op. cit.*

¹⁴ Francisco Iglésias, “Minas Gerais”, Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1985, pg 367.

¹⁵ Este ponto é bem desenvolvido em Alcir Lenharo, *op. cit.*. Recomenda-se a sua leitura.

mercantis e a comunicação social, ou seja toda e qualquer interação entre essa região e o resto do país dependia deles.

Em suma, o mercado interno, encontrado na província de Minas Gerais durante o período colonial, é resultado da criação espontânea (iniciativa e necessidade dos trabalhadores das lavras) e da expansão dos aglomerados e núcleos urbanos que ali apareceram. A extração do ouro foi a atividade que deu impulso à economia da região, sendo durante o período a principal atividade produtiva; paralelamente à atividade mineradora encontramos outras que lhe dão suporte e viabilizam. Há necessidade de produção para o abastecimento dos trabalhadores das minas (homens livres e escravos). Surgem, em decorrência, atividades artesanais, pastoris e manufatureiras¹⁶, estimulantes do mercado interno das economias regionais. Iglésias (pg 370) escreveu que o comércio do ouro implica em outras atividades, pois os mineiros devem comprar de outros indivíduos o seu próprio sustento. “Enquanto nas regiões agrícolas é possível a auto-suficiência, os senhores orgulhosos de só importarem sal, pólvora e ferro, o mineiro precisa de tudo: para alimentação, vestuário, para suas diversas necessidades, tem que comprar. Forma-se o comércio mais intenso que em outras áreas e também mais diversificado”, caracterizando a região de maneira peculiar.

De acordo com Virgílio Noya Pinto¹⁷, com a descoberta do ouro, a colônia voltou-se para a região das minas, provocando um surto demográfico, atraindo para lá todos os tipos de indivíduos, transformando a paisagem brasileira. Este ouro criou no Brasil novos centros de produção e de consumo, acelerando a decadência da produção açucareira.

¹⁶ Este item, relacionado ao início de uma industrialização na província, será estudado mais adiante. Significativa influência têm os estudos de Douglas Cole Libby (protoindustrialização de Minas Gerais).

Essa produção tornou-se muito mais cara (o que acabou por prejudicar o seu comércio internacional), pois a mão-de-obra e a alimentação tiveram seus preços aumentados em muitas vezes, decorrência da extração aurífera nas Minas Gerais. Após o descobrimento das minas de ouro, como será relatado mais detalhadamente adiante, houve um aumento vertiginoso dos preços (principalmente nos preços dos escravos), inicialmente na província mineira, mas que depois se estendeu a toda a colônia. Esse fato provocou o desvio de grande parte das mercadorias vindas da metrópole, pois o pagamento era feito em ouro e com preços muito maiores que os praticados nas outras regiões do país. A diminuição das margens de lucro na cultura do açúcar desestimulou então a sua produção, ocasionando a sua estagnação e decadência. Com isso, todos os capitais migravam para a região das minas, acelerando seu desenvolvimento. Novas vias de acesso se abriram para permitir contato mais estreito com a região extrativa, determinadas pelas necessidades de abastecimento dessa região. Segundo a opinião do autor, (pg 327) “A atividade mineira, o crescimento urbano e demográfico criaram condições para que se formasse pela primeira vez na evolução do Brasil, um mercado interno estimulado pelo aumento do meio circulante e pelo aumento do poder aquisitivo da colônia em geral e, em particular, das regiões mineiras.”

III. I. II. Mineração x Agricultura de Exportação

É importante ressaltar uma diferença básica entre as duas economias praticadas no Brasil colonial: aquela onde se praticava a agricultura de exportação e aquela onde se praticava a mineração. No primeiro caso, não criava um mercado interno pois os próprios latifúndios produziam, através da agricultura de subsistência ou economia natural, os itens

¹⁷ Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 39 em diante.

relevantes e destinados ao seu próprio consumo (qualquer produção que visa o auto-consumo age de forma contrária à formação ou crescimento do mercado interno, pois não há necessidade de trocas). Assim, não havia condições para o crescimento e desenvolvimento de uma economia mercantil – as grandes propriedades eram auto-suficientes. Já no segundo caso, a atividade mineradora não se dedicava à produção de gêneros agrícolas, mas sim à atividade extrativa natural (extração de pepitas de ouro, que inicialmente se localizavam nos fundos dos rios). Assim, era necessário que uma parte da população se dedicasse à atividade agrícola, para a geração de produtos destinados ao consumo de todos – tanto de sua subsistência, quanto para os trabalhadores das minas, sejam homens livres ou escravos. Uma parte da sociedade deveria prover os gêneros alimentícios necessários para a preservação da vida. Esse fato criou um mercado, *locus* da troca de mercadorias¹⁸: os alimentos seriam comprados pelo ouro – este ouro retirado das minas, adquiriria poder de compra, possibilitando a circulação do excedente de alimentos produzido pela sociedade agrícola. Podemos observar uma nítida divisão social do trabalho, pois enquanto uns se dedicam à atividade principal geradora de riqueza para Colônia (mas principalmente para a metrópole), outros dedicam-se a atividades que fornecerão o sustento de toda a sociedade. Vale salientar a afirmação de Francisco Vidal Luna no que se refere à divisão do trabalho constatada na região: é decorrente de características estruturais, como a densidade populacional, o número significativo de núcleos urbanos, o custoso acesso à região da província, fator agravante das dificuldades de transporte de mercadorias realizado pelos tropeiros.

¹⁸ A atividade mercantil constituiu a terceira atividade econômica do período, sendo as anteriores a agrícola de subsistência e a extrativa mineradora.

Para termos uma idéia da importância da economia agrícola de alimentos durante o período minerador, basta a informação de que no auge da extração aurífera, os preços dos gêneros alimentícios subiram a níveis absurdos. Daí podemos deduzir que nesse período, grande parte da mão-de-obra livre realizou atividades extrativas, restando para a agricultura poucos braços, gerando uma produção menor e portanto aumento dos preços desses produtos. "Sem uma organização de retaguarda e em terras reconhecidamente pobres, sôbre os xistos da fome, (...), padeceram os primeiros mineradores angústias sem par. Em 1701 a crise de subsistência foi de tal ordem que os exploradores abandonaram as catas, fugindo para as matas em busca de alimentos, de onde só regressaram quando houve melhor serviço de abastecimento. Em 1703 repetiu-se a carência (...).¹⁹ Segundo Noya²⁰ ocorreu ali nas região das minas uma "Tragédia completa, em que muitas vezes, com os alforjes cheios de ouro, morria-se de fome sem encontrar um pedaço de mandioca pelo qual se daria todo o fruto da ambição satisfeita. Atropelo dramático de homens, fugindo da fome e abandonando as minas, enquanto outros chegavam para logo em seguida aumentar o número dos desesperados."

Um outro fator que deve ser levado em consideração na análise do progresso do mercado interno na região das minas é que, ao contrário do que ocorria na agricultura monocultora de exportação, não havia escassez de numerário, o que permitia a circulação das mercadorias. Isso se deve à característica especial que o ouro tem de se tornar dinheiro a partir do momento em que é extraído da natureza.²¹ A descoberta do ouro por si

¹⁹ Roberto Simonsen, *op. cit.*, p. 287.

²⁰ Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 53.

²¹ Era, comparativamente ao trabalho nas *plantations* agrícolas, muito mais fácil para um escravo se tornar livre trabalhando nas lavras mineradoras da província de Minas Gerais. Nesse último caso, os escravos tinham acesso ao ouro, podendo juntar – na quase totalidade dos casos, via roubo de pequenas quantidades – a quantia necessária para comprar a sua alforria. Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa escrevem na página 5 de seu livro *Minas Colonial ... op. cit.*, "(...) ao superintendente e ao guarda-mor cabia ainda o

só provoca um aumento no dinamismo da economia colonial, estimulando o mercado interno.

Conforme nossas comparações acima, a economia mineradora proporciona melhores condições, quando comparada com a monocultura de exportação, para o desenvolvimento do mercado interno no Brasil-colônia, em virtude de suas próprias características estruturais. Os benefícios desse mercado estendem-se por todo o território. Nas palavras de João Luís Ribeiro Fragoso, "(...) quase como uma consequência da verdadeira maldição agroexportadora, temos as limitações estruturais, que impediram a constituição de um mercado interno de peso no interior da formação colonial: a *plantation* se auto-abastecia e a produção mercantil de alimentos se limitaria aos incipientes centros urbanos."²² Em virtude do setor de exportação, o mercado interno à colônia foi desestimulado, pois cada propriedade provia suas próprias necessidades alimentares, necessitando importar apenas poucos itens. De resto, como diz Fragoso, a *plantation* se auto-abastecia.

III. I. III. A Força de Trabalho na Atividade Mineradora

Um elemento que reforçou a forte tendência comercial da região ocorreu por volta de 1740, quando passado o auge da atividade da mineração, os escravos são gradualmente libertados (comprando suas alforrias²³). Esse fato se dá pela dificuldade

cuidado de lançar fora das minas todas as pessoas que nelas não forem necessárias, pois só servem de desencaminhar os quintos e de gastar os mantimentos ao que lá são precisos." Conforme Roberto Simonsen, *op. cit.*, pg 157, "E, se pelos 'caminhos dos currais', iam dos sertões da Bahia para as zonas de mineração socorros alimentares, pelas mesmas estradas poderia ser contrabandeado o ouro, fugindo ao pagamento dos quintos... (...)"

²² Fragoso, João Luís Ribeiro – *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 52.

²³ Esta discussão permanece polêmica ainda, pois existem alguns autores que concordam com a idéia de o próprio escravo conseguir sua alforria, e outros que não concordam com essa hipótese, mas sim com a de

deste segmento em propiciar a manutenção e o sustento de muitas peças (possível nos períodos anteriores, em virtude da expressiva quantidade de ouro extraída nas minas). Assim, essa mão-de-obra livre é absorvida pelo mercado de trabalho urbano, na forma do comércio. Os próprios mineradores livres se viram numa situação em que também tiveram que se dedicar a outras formas de trabalho, fato que estimulou o aumento da concentração nos núcleos urbanos da província. Este trabalho livre nas cidades assume as formas da livre-concorrência, característica do regime capitalista, indo de encontro às premissas do antigo sistema colonial. Em oposição ao que ocorre em núcleos monocultores escravistas, o mercado interno surge em função da formação de uma camada média, composta por escravos livres, libertos do trabalho nas minas de ouro, é um fator fundamental. A existência de uma força de trabalho livre forra (ex-escrava) chocava-se com os interesses mercantilistas da metrópole, o que, em algum momento, colocar-se-ia como um fator desestabilizante do regime de produção colonial escravista. Desse modo, o trabalho livre nessa época da história questiona os padrões colonialistas e também amplia as contradições do próprio antigo sistema colonial, contribuindo para a sua crise e posteriormente, para a sua desintegração.

III. I. VII. Pontos Principais

Retornando ao nosso tema principal, temos a polêmica do “vazio econômico” que se deu a partir das três últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, até

que a alforria era concedida pelo proprietário, uma vez que a manutenção dos escravos era muito custosa. Este ponto será discutido em parte mais adiante. Um exemplo é o texto de Francisco Vidal Luna e Wilson Cano, *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas: Cadernos IFCH/Unicamp, 1983, a partir da pg 5, onde afirmam que este processo pode ser desdobrado em dois períodos: apogeu e decadência da mineração. No apogeu, há evidências de que ocorreram alforrias de cativos e também sua passagem a proprietários de escravos, demonstrando sim a mobilidade social. Durante a decadência da mineração,

o advento do café. Os autores clássicos afirmam ter havido nesse período uma estagnação econômica devido à decadência da mineração; para eles não houve nenhum produto que, substituindo a atividade extrativa aurífera, dinamizasse a economia da colônia. De acordo com estes autores, nestes aproximadamente sessenta anos, o Brasil foi marcado por intensa atividade política (Crise do Sistema Colonial, vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, entre outros), mas por quase nula atividade econômica. A polêmica surge quando alguns pesquisadores afirmam, exatamente o contrário, que neste período houve intensa atividade econômica na colônia, especialmente a atividade agrícola de alimentos, o comércio e as manufaturas. Ronaldo Marcos dos Santos nos diz que:

“Entre a decadência da mineração e o advento da cafeicultura passaram-se as décadas que assistiram o processo de ruptura do estatuto colonial e o reconhecimento da nova nação no cenário mundial. Precisamos então perguntar porque antes, na etapa anterior da colonização baseada na economia açucareira, aconteceu uma atrofia da economia colonial por ocasião da crise de exportação do açúcar e no caso da mineração das Gerais a decadência não teve os mesmos efeitos, ou mesmo ao contrário, desenvolveu nossas atividades mercantis.”²⁴

Com a decadência da mineração, a província mineira encontra dificuldades para continuar importando como antes o fazia (devido ao declínio da produção de ouro). Assim, aparece gradualmente a capacidade de auto-suficiência dessa economia, provendo internamente os produtos necessários à sua sobrevivência. Assim, em razão do declínio

houve libertações de escravos, sendo um resultado do próprio declínio da atividade, uma vez que a produção de alguns escravos não era superior ao seu custo de manutenção.

²⁴ Ronaldo Marcos dos Santos, “Mercantilização, decadência e dominância”, Organizador Tamás Szmrecsányi, in *História Econômica do Período colonial*, São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1996, p. 72-73.

da extração mineral, outras atividades, antes “secundárias” passam a realizar papéis centrais.

Podemos encontrar em Minas Gerais durante o período colonial a origem de um sistema complexo, composto das seguintes características (já discutidas acima):

- Vida urbana dos indivíduos de caráter peculiar;
- Grande diversificação de atividades (tanto a atividade mineradora, quanto a agrícola, pastoril e manufatureira, desenvolvidas na própria província);
- Forte presença do Estado (arrecadação de impostos sobre as atividades urbanas e da quinta sobre as atividades mineratórias);
- Maior flexibilidade/mobilidade social, principalmente para os escravos; os comerciantes também tinham a possibilidade de enriquecer;
- Economia mais fortemente integrada (as atividades econômicas se encontravam em maior sinergia que em outras regiões do país);
- Estabelecimento da interdependência regional (as regiões passaram a ter maior contato entre si, ampliando e diversificando o comércio);
- Estruturação e desenvolvimento de um forte mercado interno, que pode ser considerado quase que uma consequência dos itens listados acima.

Findo o auge da mineração no Brasil, pode-se observar a finalidade da Coroa portuguesa: apenas retirar suas riquezas minerais da colônia. Os trabalhadores das minas se encontram reduzidos à fome e à miséria, decorrência da rápida decadência da atividade (considerada a principal pela metrópole), sendo que os que nela se empenharam foram rotulados de aventureiros.

III. II. Protoindustrialização em Minas Gerais no Século XIX

III. II. I. Comentários de Wilson Cano

Em publicação datada de 1977 na Revista Contexto, Wilson Cano faz uma análise crítica da economia mineira no período por nós estudado. Este autor parte das proposições de Celso Furtado e Antônio Barros de Castro referentes à "não industrialização de Minas Gerais"²⁵.

Wilson Cano itemiza os pontos principais da economia mineradora identificadas por Celso Furtado, como por exemplo, (1) a baixa utilização de capital fixo, (2) o elevado emprego de mão-de-obra livre e escrava (de forma que esta economia pode ser caracterizada como tendo uma "função de produção mão-de-obra intensiva"), (3) a facilidade do acesso à produção devido ao baixo investimento inicial; (4) esta seria uma economia incerta e itinerante, porém com alta lucratividade, (5) e por último, o fato de esta economia não ter propiciado um desenvolvimento endógeno da região, apesar de ter incentivado o aparecimento de núcleos urbanos. Furtado ainda não considera o Edito de 1785 (que proibiu a atividade manufatureira no Brasil) como a causa maior para a derrocada da indústria, mas sim a incapacidade técnica do imigrante (em sua grande maioria, portugueses).

Já no que se refere a Antônio Barros de Castro, Cano afirma que apesar deste autor considerar o despreparo do imigrante fundamental, o determinante do problema no desenvolvimento industrial foi a publicação do Edito de 1785 ("fator impeditivo à resposta industrializante para a saída da crise do ouro"). Castro ainda considera outros fatores,

²⁵ Wilson Cano, "A Economia do Ouro em Minas Gerais (século XVIII)", in *Revista Contexto*, 1977, p. 91 em diante.

como por exemplo, o pequeno mercado interno na colônia, o que não viabilizava a produção em grande escala.

A discussão prossegue com a pergunta de Cano sobre que condições a economia teria tido para que pudesse haver desenvolvimento industrial, a partir da acumulação de capital. Na visão de Furtado, não houve condições, enquanto Castro defende a idéia contrária de que houve, sim, condições, mas que elas foram tolhidas pelo Edito de 1785. Cano questiona a economia mineradora como tendo constituído um “complexo econômico”:

“Alguém poderia ser tentado a aceitar a afirmação devido, entre outras coisas, à sua capacidade de gerar efeitos positivos à distante pecuária sulina, ao comércio de São Paulo e principalmente do Rio, ou, até mesmo, ao grande contingente representado pela massa de escravos e homens livres que empregou. Ou, ainda, necessitar e impor a existência de uma vida urbana de certo porte e até mesmo de um grande aparato público burocrático e militar. Incluiria ainda a necessidade básica que teria essa economia, em desenvolver segmentos produtivos que pudessem garantir a reprodução (para os homens livres) e a manutenção (para os escravos) de sua força de trabalho. Isto, entretanto, se deu de forma extremamente precária e relativamente infima.

Que essa economia tenha gerado importante excedente, não parece residir dúvida. Cabe, entretanto indagar de seu destino e de seu potencial de acumulação.”

Como podemos observar, Wilson Cano considera que a economia extrativa em Minas Gerais do século XVIII não conseguiu gerar endogenamente segmentos produtivos, argumentando que as importações supriam todas as necessidades de gêneros alimentícios e de meios de produção. Destaca o fato de a economia em questão não ter realizado a acumulação de capital, elemento que sem dúvida possibilitaria o desenvolvimento de uma economia industrial.

A seguir, Cano faz uma severa crítica à idéia de que a mineração propiciou alta lucratividade, aceitando somente a hipótese de que essa economia contribuiu para uma distribuição de renda menos desigual (quando comparada às outras atividades econômicas que se realizaram no Brasil colônia, em virtude da estrutura e da organização da produção). Em sua opinião, isso decorre, em última análise, do baixo nível de sua produtividade e da elevada densidade de capital deste tipo de atividade. “Poucos, na realidade, parecem ter feito grandes fortunas.”²⁶ Critica também a idéia de que os escravos que trabalhavam nesta atividade tivessem tido maiores chances de se libertarem (através da compra de suas próprias alforrias) “*por suas próprias forças*”:

1. O escravo tinha um preço muito elevado, e conforme já dito anteriormente, tinha também sua produtividade bastante reduzida. Assim, era visto como uma força de produção muito cara e custosa, não sendo capaz, dada sua produtividade, de gerar excedentes tão grandes que propiciassem a compra de sua alforria. Mas, ao considerar a idéia de que o escravo seria sim altamente produtivo, Cano pergunta: por que razão os proprietários de escravos concordariam em se desfazer de seus ativos?
2. Cano argumenta que a liberdade dos escravos não era conseguida por eles próprios (ou seja, não eram os próprios escravos que a compravam), mas sim, era concedida pelos senhores. Sob o seu ponto de vista, os escravos tornavam-se forros pois, no período posterior ao apogeu da mineração, sua manutenção era muitíssimo cara para seus proprietários.

Discorrendo ainda sobre a rentabilidade da empresa mineradora, argumenta que a distribuição de renda corresponde a uma distribuição de baixos níveis de renda, e não a médios ou altos níveis, como defendido por outros autores. “Como certamente operou a

²⁶ Wilson Cano, *op. cit.*, p. 102.

custos elevados, provavelmente suas margens de lucro eram baixas, para os medianamente bem sucedidos, altas, para os poucos bem afortunados, isto é, para aqueles de maior sorte no encontro do minério, e ínfimas, e até mesmo negativas, para muitos, para os mal sucedidos. Portanto, dizer que a mineração foi uma sociedade 'democrática', e que teve um amplo mercado, é incorrer no mínimo, em perigosa generalização. Que essa sociedade foi das mais abertas, entre as vigentes na colônia, não parece residir dúvida; porém tal abertura se deu 'por baixo', isto é, pela quase ausência do grande capital e de seu poder de concentração. Esta ausência, não só teria permitido a proliferação do pequeno empreendedor, como também e por causa disso, permitiu o relaxamento dos rígidos padrões e da estratificação sócio-econômica. Amplo mercado, sim, mas apenas por contar com grande número de homens livres, porém de reduzida dimensão econômica, face aos baixos níveis de renda."²⁷

Para Wilson Cano, três fortes razões impediram o desenvolvimento da atividade industrial na província mineira: (1) a queda da atividade extrativa a partir de 1745/1750 provocou a diminuição da taxa de acumulação; (2) a probabilidade de a atividade manufatureira desenvolver-se durante a decadência da mineração é muito pequena, dado que não desenvolveu-se no seu auge; (3) os problemas relacionados à incapacidade técnica dos indivíduos foram de importância primordial. Logo, para este autor, a "resposta industrial à crise da mineração seria inexecutável."

III. II. II. Argumentos de Douglas Libby

Em seu livro *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XVIII* (versão revisada de sua tese de Doutorado defendida em maio

²⁷ Wilson Cano, *op. cit.*, p.105/106.

de 1987), Douglas Cole Libby afirma que Minas Gerais é vista de duas maneiras. A primeira visão é de uma Minas rica, próspera e desenvolvida em virtude da exploração aurífera, com uma economia dinâmica, povoamento urbano significativo. Já a segunda é a de uma Minas decadente, pobre e miserável; uma Minas estagnada economicamente, com povoamento disperso, rural, em grande parte dedicada à subsistência. Este autor prossegue negando sua decadência, rejeitando energicamente a hipótese de Celso Furtado, segundo a qual a economia desta província teria involuído e desintegrado completamente após a decadência da extração do ouro, aproximadamente, a partir de 1760/1770. E nos pergunta como uma economia nessa situação poderia sustentar a maior população provincial no Brasil colonial e manter tão grande quantidade de escravos, a maior de todo o século XIX. Afirma ainda que o crescimento demográfico em Minas Gerais foi constante ao longo desse século, mesmo não tendo sido nada extraordinário, e diz que estas duas informações foram suficientes para provocar um movimento revisionista sobre a história econômica da Província. Original, este movimento é firme em rejeitar as análises acerca da decadência de Minas e de sua estagnação.

Em sua opinião, com o declínio da atividade extrativa do ouro, a região sustentou-se através do desenvolvimento da “agricultura mercantil de subsistência” (*sic*), na qual a produção dos gêneros alimentícios era dedicada em alguns momentos ao autoconsumo, e em outros ao mercado interno (Douglas Libby convencionou chamar este tipo de atividade de “economia de acomodação”). A região possui uma pauta produtiva bastante diversificada, mostrando certa independência em relação às importações, mas uma forte

ligação com a escravidão²⁸. Porém, a economia de Minas não tinha apenas essa atividade, mas também o que o autor chama de atividades de transformação (pg 14):

“De fato, a paisagem mineira era repleta de lares voltados para a produção doméstica de fios e panos, de oficinas artesanais de todo o tipo, de pequenas e médias manufaturas e até de verdadeiras fábricas de ouro e tecidos. São os componentes da indústria mineira do século XIX, indústria essa entendida na sua acepção mais ampla, isto é, como um conjunto de atividades produtivas visando à transformação de matérias-primas em artigos acabados.”

Para compreender a sociedade mineira é necessário saber que a organização econômica é determinada pelo regime escravista (presente até o final, sendo eliminada definitivamente somente com a abolição em 1888 – já convivia, porém, com algumas atividades assalariadas), sendo que o trabalho escravo é de importância fundamental para o funcionamento dos setores mais dinâmicos da economia mineira.

Conforme Douglas Libby, ao se referir à economia escravista mineira, Martins diz que a grande maioria dos escravos se encontrava ligada à agricultura de alimentos (que possuía baixo grau de mercantilização), minimizando as atividades de extração mineral subterrânea (realizada principalmente na segunda fase da mineração, como explicado no início deste segundo capítulo, especialmente por empresas inglesas, como a Saint John d’El Rey Mining Company²⁹) e as atividades de transformação (raízes da protoindustrialização em Minas) como grandes absorvedores de mão-de-obra escrava.

²⁸ Nesse livro, Libby fez um estudo a respeito da situação demográfica da província e sua estrutura ocupacional (de forma a facilitar o entendimento da sociedade da época e também das atividades produtivas), bem como de séries temporais de exportações e importações. Este levantamento permitiu que o autor chegasse aos resultados apresentados no livro e aqui, por vezes, reproduzidos. Assim, não descreveremos nenhum dos estudos feitos por Libby, apenas aceitando-os como ponto de partida. Para maiores detalhes, consultar o citado livro. Douglas Cole Libby, *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XVIII*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

²⁹ Sobre a mineração mineira subterrânea no século XIX e sobre o capital estrangeiro, especialmente o inglês, nessa atividade, consultar Myriam Ellis, “A Mineração no Brasil do Século XIX”, Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1982, e Douglas Cole Libby, *Transformação e Trabalho ... op. cit.*

Martins ainda afirma que a região estudada foi altamente participativa na importação de escravos durante o século XIX, fator que comprovaria a não decadência da região, mas sim, sua intensa atividade econômica.

Libby ainda cita Luna e Cano, que, considerando o baixo grau de mercantilização e as grandes quantidades de importação de escravos afirmam que o primeiro elemento poderiam ter reduzido a exploração do escravo e, assim, ter provocado um aumento real da população cativa.

É importante comentar que Libby vê o declínio da economia mineradora como uma “acomodação evolutiva” (pg 22), e que o grande problema da economia mineradora foi o de não ter encontrado um outro produto que substituísse o ouro na atividade exportadora, de forma a manter o mesmo nível de entrada de capitais para a província (fato esse que se deu juntamente com a decadência da produção açucareira, que ao esboçar os primeiros traços negativos foi logo substituída pela extração do ouro. Coincidência histórica, que não rendeu à cultura açucareira a mesma idéia de decadência que foi atribuída à atividade mineradora.

Sobre a questão da mão-de-obra, Libby escreveu nas páginas 94 e 95 que à medida que a população vai crescendo e as terras aproveitáveis vão se tornando cada vez mais escassas uma pequena parcela de indivíduos livres percebe que fica gradualmente mais difícil sobreviver apenas com a agricultura de subsistência. Libby os classifica como camponeses excedentes, e esta massa de pessoas sai em busca de trabalho, procurando seus vizinhos mais prósperos. Estes indivíduos necessitam, ocasionalmente, mão-de-obra adicional, e esse processo ainda já pode ser considerado um início de proletarização dos indivíduos na região. Conforme o autor,

“Não se trata, é claro, de uma proletarização plena. Esses camponeses ainda são produtores semi-independentes, e quando suas parcas roças necessitavam de cuidados mais intensos é pouco provável que estivessem se oferecendo no incipiente mercado de trabalho. De fato, nossos assalariados livres e sem profissão declarada constituem apenas o embrião do proletariado mineiro (...)”³⁰

A partir do que foi acima desenvolvido, o autor nos pergunta como explicar essa contradição, onde o trabalho compulsório escravo convive com o trabalho remunerado; e ele mesmo nos responde que quem recebe pelo trabalho do cativo em outras terras é o seu dono, constituindo esta atividade aluguel de escravos (pois além de camponeses livres, os indivíduos também contratavam mão-de-obra escrava de outros proprietários).

O ponto mais importante a que Libby se refere em seu livro é o desenvolvimento da indústria³¹, e dedica o capítulo três de sua obra a indústria siderúrgica em Minas Gerais. Aqui o autor nos conta a evolução dessa indústria, seus métodos de produção, narra-nos a grande dispersão das pequenas unidades siderúrgicas pelo território provinciano, chegando à análise da sua mão-de-obra. Já o quarto capítulo merece a atenção da indústria têxtil nessa província. Segundo o autor, esta foi a indústria mais difundida em Minas no decorrer do século XIX: “(...) Com suas rocas e seus teares manuais, milhares de mulheres e meninas mineiras construíram uma verdadeira indústria que, aproveitando o isolamento da Província e a abundância do algodão, ultrapassa em muito a produção de autoconsumo, conquistando determinadas faixas do mercado local e mesmo nacional.”³²

³⁰ Douglas Cole Libby, *op. cit.*, p. 94.

³¹ Sobre as tentativas de industrialização no Brasil no início do século passado, consultar Nícia Vilela Luz, “As Tentativas de Industrialização no Brasil”, Organização de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, in *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: DIFEL, 1982.

³² Douglas Cole Libby, *op. cit.*, p. 186.

Assim, dedicaremos-nos a partir de então à análise da atividade industrial nascente na província de Minas Gerais.

A indústria de ferro em Minas teve seu desenvolvimento estimulado pelo isolamento geográfico da província, e por conseqüência, pelos elevadíssimos preços de produtos importados (no caso do ferro mais especificamente, o seu preço era elevado devido aos tributos cobrados e também ao alto frete, encarecido significativamente em virtude do peso dessa mercadoria, uma vez que o transporte era realizado por tropeiros nos lombos dos burros – como já vimos anteriormente). Segundo Libby, o fator que deu impulso a essa atividade foram as transformações na forma de extração do ouro ocorridas a partir da segunda fase da mineração, isto é, foi o processo de extração aurífera nas minas subterrâneas, que exigiam o ferro como instrumento de mineração. Com o passar do tempo, este metal teve seu uso difundido gradualmente em outras atividades da sociedade, sendo utilizado até na lavoura. No final do século XVIII, a atividade siderúrgica viu-se prejudicada, pois perdeu seu isolamento geográfico (característica fundamental do seu desenvolvimento), uma vez que estradas de ferro foram construídas, chegando até a região das minas de ouro. Esse fato permitiu que o ferro importado chegasse à província com preços mais baixos, em virtude de processos mais econômicos de sua produção. (Douglas Libby enxerga que a barreira protecionista que permitiu o desenvolvimento da indústria siderúrgica de baixa tecnologia em Minas foi formada pelos altos custos de transporte da mercadoria estrangeira, incentivando o que podemos chamar de substituição de importações). Nesse mesmo período, deu-se a abolição da escravidão no Brasil, constituindo este mais um golpe na incipiente indústria siderúrgica mineira, perdendo esta a sua maior vantagem em relação ao ferro estrangeiro: a utilização do trabalho compulsório escravo.

No que diz respeito à mão-de-obra ocupada nas indústrias de fundição do ferro, Libby nos conta que o trabalhador poderia realizar a fundição com facilidade, pois as técnicas empregadas eram relativamente simples, não exigindo, portanto especialização por parte dos indivíduos que a ela se dedicavam. O autor acredita ter sido esta uma das três atividades de transformação encontradas nas Gerais do período – a mineração aurífera subterrânea, a indústria têxtil doméstica e fabril, e a siderurgia –, aquela mais dependente do trabalho escravo. Libby afirma que:

“Quanto à mão-de-obra disponível a um empreendedor interessado em fundir ferro, parece-nos claro que existiam escravos que, graças aos conhecimentos que tinham trazido da África ou adquirido de outras gerações já instaladas no Novo Mundo, eram capazes de trabalhar os fornos e os malhos.”³³

Libby afirma que os processos de fundição do ferro exigiam grande quantidade de trabalhadores, superando em muito a quantidade empregada em oficinas artesanais. Além desse fato, a siderurgia mineira da época não era uma atividade artesanal, isto é, os trabalhadores não eram proprietários dos meios de produção. O autor comprova a utilização do trabalho escravo nas siderurgias através de depoimentos da época (principalmente de viajantes), em sua grande maioria de Wilhelm Ludwig von Eschwege, um engenheiro alemão que morou muitos anos no Brasil (proprietário de indústrias siderúrgicas em Minas) e retornando à Alemanha em 1821, por decepção em relação à falta de estímulos à indústria brasileira por parte da Corte Portuguesa que já morava no Brasil desde 1808.

³³ Douglas Cole Libby, *op. cit.*, p. 141.

“Já os primeiros empreendimentos de produção de ferro demonstravam tal dependência. Apesar de sua confessada repugnância pela escravidão, Eschwege acabou concluindo que os trabalhos não andariam sem que ele comprasse cativos.”³⁴

Mas, apesar das condições favoráveis ao desenvolvimento da siderurgia em Minas, esta atividade depende exclusivamente de demanda para baratear a produção, através do aumento de sua escala. Assim, a atividade siderúrgica em Minas necessitava para seu crescimento de um mercado consumidor pré-existente.

O autor pergunta porque o desenvolvimento da indústria siderúrgica em Minas ocorreu após a decadência da mineração, e descobre para isso duas causas. A primeira delas, é exatamente a redução da capacidade de importação em decorrência da diminuição da produção de ouro. E uma segunda causa é a necessidade do ferro na confecção de instrumentos e equipamentos que permitissem a continuidade da extração aurífera em minas subterrâneas, exploração essa realizada quase que totalmente pelas companhias inglesas.

Sobre a indústria têxtil mineira temos de concordar que ela sempre teve forte ligação com a população mineira, mais uma vez, aproveitando-se do isolamento geográfico proporcionado pela região. Como já falado de passagem, esta atividade supera a demanda do autoconsumo, sendo até comercializado o seu excedente. Libby afirma que (baseado em dados dos censos parciais de 1831 – 1840) a dispersão dessa atividade na província era clara e chegou a proporções tão grandes que, no que se refere à mão-de-obra empregada, esta atividade assumiu um grau de importância muito alto durante um certo período do século XIX. Apesar disso, a indústria têxtil não resistiria ao atrofiamento

³⁴ Douglas Cole Libby, *op. cit.*, pg 161. Cabe comentar que Eschwege, ao retornar à Alemanha, escreveu suas memórias, incluindo um livro sobre o Brasil, *Pluto brasiliensis*.

resultante da entrada de tecidos maquinofaturados na região. Ao contrário do que ocorria com a indústria siderúrgica mineira, o setor têxtil empregava quase que exclusivamente à mão-de-obra livre, basicamente a feminina (apesar de também empregar o trabalho feminino escravo, conforme podemos observar na figura 20 – “Mulheres empregadas na indústria têxtil doméstica, livres e escravas por região – 1831-1840 (% da força de trabalho feminina)”³⁵. Na página seguinte, Libby escreve que:

“O trabalho livre na forma de produtores independentes, era francamente majoritário nas atividades têxteis em Minas no segundo quartel do século passado. (...) as escravas engajadas na fiação e tecelagem quase sempre representavam uma proporção menor da força de trabalho escrava feminina do que a proporção correspondente relativa às mulheres livres.”

A partir de meados do século passado surge a pressão da concorrência estrangeira, marcando o início do declínio da indústria têxtil em Minas Gerais. Os tecidos manufaturados estrangeiros começam a substituir os produzidos na região (outro impacto da construção das estradas de ferro na região). Mas, mesmo com a presença dos tecidos estrangeiros, o caráter disperso e difuso da indústria têxtil mineira não permitiu sua destruição total.

Os argumentos de Douglas Libby nos permite concluir que realmente na província de Minas Gerais temos raízes de uma industrialização (ou melhor, nas palavras do próprio autor, protoindustrialização) durante o período estudado. Isso pode ser verificado através das exposições e declarações encontradas em sua tese a respeito das atividades industriais siderúrgica e têxtil (esta subdividida em doméstica e fabril) desenvolvidas a

³⁵ Douglas Cole Libby, *op. cit.*, p. 200.

partir da força de trabalho escrava (utilizada principalmente no primeiro caso) e livre (presente nas duas atividades, mas em maiores proporções no setor têxtil).

Segundo a definição do brasileiro Douglas Libby, "protoindustrialização pode ser definida como a produção em grande escala de bens industriais destinados a mercados distantes, baseado em mão-de-obra barata e camponesa."³⁶ A protoindustrialização constitui importante etapa em direção à industrialização plena. Conforme Libby, esse fenômeno histórico se dá na passagem do Feudalismo Agrário para o Capitalismo Industrial, situação encontrada somente nos países europeus e existem algumas pré-condições necessárias para o desenvolvimento desse fenômeno, como a modificação ou até a desintegração das relações sociais feudais; o crescimento e a expansão do comércio entre as regiões; e por fim, a tendência ao crescimento demográfico, como consequência da implantação e progresso de técnicas de produção, o que torna a agricultura mais produtiva. O que interessa em relação a este último item, é a sua consequência: a liberação de indivíduos – em grande parte, ex-escravos – para o trabalho na indústria nascente (estes indivíduos, porém, não eram trabalhadores exclusivos dessa indústria, mas ainda praticavam atividades relacionadas à agricultura).

A historiografia clássica acredita numa estagnação e até involução da economia mineira após seu auge a partir da segunda metade do século XVIII. Douglas Libby procura mostrar que essa província não sofreu esse atraso, mas que, ao contrário, apresentou indícios de um desenvolvimento industrial semelhante ao que se deu em alguns locais da Europa (pois constata características semelhantes entre o desenrolar manufatureiro em Minas e algumas cidades da Europa feudal).

A província de Minas Gerais não constituía uma sociedade feudal, mas sim escravista (como já foi explicitado em várias passagens desse estudo). Com a decadência da economia aurífera, como já vimos anteriormente, houve a liberação de grande parcela de mão-de-obra escrava, retirando da economia mineira seu caráter colonial mercantil (que pressupunha a mão-de-obra escrava para a produção em grande escala de bens destinados ao consumo no mercado europeu). Libby, porém, argumenta que o sistema escravista vigente na província à época da extração aurífera não apresentava a característica comum à economia colonial: produção monocultora em larga escala voltada para a exportação.

Douglas Cole Libby cita a publicação de Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho – *Slavery in a Non-export Economy: Nineteenth-century Minas Gerais* – explicando rapidamente a visão dos autores sobre a grande importação de escravos realizada pela província de Minas durante a primeira metade do século XIX, e, pergunta-se também como esta província teria conseguido o dinheiro necessário para efetuar a compra de tão grande quantidade de cativos.

Para defender seu ponto de vista (conhecido por nós a partir de sua tese aqui já citada) Libby comenta as idéias de Robert Slenes, que tenta achar uma solução para esta questão na dinâmica dos outros setores econômicos presentes em Minas Gerais, que de certa forma relacionavam-se comercialmente com outras províncias, como é o caso da extração de diamantes e até do ouro (conhecido como segundo ciclo) e o desenvolvimento da agricultura do café. Estes setores imprimiam o caráter dinâmico e ativo da economia mineira, pois além de permitir a entrada de alguns recursos nessa província, estimulando

³⁶ Douglas Cole Libby, "Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais", Organizadores Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa, in *História Econômica da*

seu lado mercantil. Para Slenes, este setor comercial de alimentos era o mais importante da economia, pois permitia a produção de um excedente comercializável. Ainda não acreditando na capacidade de geração de excedente dessa atividade defendida por Slenes, Libby retorna à questão:

“Em outras palavras, como foi possível importar escravos e os panos, o ferro e instrumentos de ferro, bem como os bens de luxo que constituíam as importações de praxe de economias escravistas? A única resposta plausível é que Minas era, em boa parte, auto-suficiente na produção de bens industrializados e, portanto, podia concentrar seus recursos monetários na compra de escravos. A não ser, por outro lado, que a dependência no tráfico negreiro fosse menor do que se convencionou imaginar, devido a uma certa capacidade reprodutiva da população escrava nativa em Minas. Como se sugerirá adiante, a resposta mais adequada, provavelmente, é uma combinação de ambas estas tendências.”¹³⁷

As semelhanças com a economia europeia estão relacionadas ao fato de Minas Gerais não desenvolver uma atividade tipicamente colonial, como era a agricultura de exportação, a *plantation*, mesmo sendo uma sociedade escravista. De acordo com Libby, havia “dois setores agrícolas mineiros”. O primeiro era formado por grandes proprietários de terra e escravos, que costumavam comercializar seus excedentes, enquanto que o segundo tipo (o dobro do tamanho do primeiro) era formado por pequenos produtores camponeses, sem escravos, e que se dedicavam à agricultura de subsistência. Estas condições sociais (excetuando-se a escravidão), tal qual afirma Libby, eram as mesmas encontradas na Europa e permitiam a liberação de força de trabalho para seu emprego na produção industrial.

Independência e do Império, São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1996 p. 239. Texto publicado em 1993.

Como faz em sua tese, Libby interpreta os dados dos indicadores demográficos gerais, examinando as tendências do final do século XVIII e do século XIX. Conclui que o início do período foi marcado por um crescimento populacional generalizado, que acelerou-se no momento da consolidação do processo de protoindustrialização. Os números para o resto do século XIX confirmam a tendência de crescimento populacional (dados do censo de 1831-1840). Além disso, o autor reforça o estudo sobre a estrutura ocupacional da região, permitindo algumas conclusões a respeito da protoindustrialização de Minas Gerais. No caso da indústria têxtil, podemos observar uma nítida divisão sexual do trabalho. Os homens dedicavam-se a outras atividades, como por exemplo, a própria agricultura de subsistência.

Uma passagem interessante desse artigo é a que se refere às pré-condições à protoindústria existentes em Minas Gerais. A primeira característica era a diversidade de ocupação entre os indivíduos, em relação às outras regiões do Brasil. Isso se deu, obviamente, em virtude da grande variedade de atividades encontradas nessa região. De fato, a qualidade de estar isolada geograficamente (frágil sistema de transportes dificultavam a ligação entre esta região e as outras províncias) é um forte determinante da dinâmica da economia mineira. Como descrito em sua tese (e aqui reproduzido), esse isolamento promovia a elevação dos preços de quaisquer mercadorias, transportadas pelos tropeiros, encarecendo-as demais (os impostos contribuíam para aumentar o problema). Enquanto a mineração podia pagar por essas mercadorias, as compras ocorriam com freqüência, mas com a sua decadência, como pagar por esses produtos? Assim, a saída encontrada por Minas Gerais foi a substituição das "importações", isto é, a

³⁷ Douglas Cole Libby, "Protoindustrialização ... *op. cit.*, p. 244.

província passa a produzir internamente alguns itens antes comprados de outras regiões. Esse processo é a explicação para o desenvolvimento da protoindustrialização na região.

Na verdade, o isolamento geográfico da província mineira consiste em condição oposta à industrialização, conforme ocorreu na Europa. Nesse caso, o intercâmbio entre várias regiões seria uma condição fundamental para o desenvolvimento da protoindústria. Em Minas, foi exatamente esse fator que propiciou essa atividade; o isolamento permitiu que a província se especializasse em algumas atividades, forçando assim, o desenvolvimento da atividade industrial.

III. III. As Importações de Escravos para Minas Gerais no Século XIX

III. III. I. A Hipótese de Martins

Roberto Borges Martins publica em 1983, na Revista Acadêmica *Estudos Econômicos*, seu artigo "Minas Gerais, século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora". Neste artigo, Roberto Martins mostra como alguns pesquisadores (cita, por exemplo, Celso Furtado, Richard Morse e Emília Viotti da Costa, além de muitos outros) argumentam o fato de que a província mineira foi um importante fornecedor de mão-de-obra escrava, no período que tem início após o fim do auge minerador, isto é, a partir da segunda metade do século XVIII. Isso decorre do fato de que a mineração teria deixado na província muitos escravos (que dedicavam a esta atividade e que com seu colapso, deixaram de trabalhar).

Assim, a economia não cafeeira de Minas Gerais tem sido mostrada como "uma economia estagnada, onde a escravidão tinha deixado de ser lucrativa, e que exportava os seus escravos para as áreas mais dinâmicas, onde predominava a grande lavoura

exportadora”.³⁸ Na opinião do autor, essa visão é errônea e não houve realmente uma transferência de escravos para outras regiões, atingindo volumes expressivos. Isso porque, no início do século passado, a quantidade de escravos empregados na atividade mineradora era muito pequena: os escravos já dedicavam-se a outras atividades não relacionados ao ouro.

Roberto Borges Martins afirma que cálculos do censo da época (início do século XIX) mostram que não houve registros de “exportações” de escravos a partir da província mineira, mas que havia, em oposição, escassez de mão-de-obra. Para fortalecer seu argumento, o autor faz citações de viajantes que passaram pela província na época³⁹, e ainda declara que segundo as fontes disponíveis, até o momento em que houve a interrupção do tráfico internacional de escravos africanos, os escravos em Minas eram mais caros que no Rio de Janeiro. Isso vem novamente reforçar a idéia de que os escravos estavam sendo vendidos em Minas (onde o preço era maior) e não no Rio de Janeiro (Martins argumenta a lógica do vender onde o mercado paga mais).

Outra forma de contestar a hipótese de que Minas Gerais “exportou” escravos, é o fato de que a população escrava da província cresceu muito nesse período, constituindo em 1819 a maior população escrava do Brasil. A seguir, Martins calcula estimativas a respeito do crescimento da população escrava, nos períodos de 1819 e 1872, e também estimativas sobre as “importações” líquidas de escravos pela província (utilizando para isso, taxa de crescimento natural dos cativos hipotéticas). Para ele,

³⁸ Roberto Borges Martins, “Minas Gerais, século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora”, São Paulo: IPE/USP, vol. 13, número 1, jan/abr 1983, p. 183.

³⁹ Aliás, o artigo está repleto de depoimentos e trechos tanto de viajantes, quanto de cidadãos que moravam no Brasil no período em questão, enriquecendo sua argumentação.

“A província teria sido um considerável importador líquido de escravos, mesmo com uma população estável ou naturalmente crescente.”⁴⁰

Martins ainda afirma que, muito provavelmente a taxa de crescimento natural da massa cativa em Minas era inferior ao resto do Brasil, em virtude das compras de escravos, em volume maior que o adquirido por outras províncias (que tinham menor fertilidade e maior mortalidade).

Com o fim do tráfico internacional de escravos houve transferências de cativos entre as províncias do Brasil, fluindo de lugares onde os preços eram menores para aquelas regiões onde se pagava mais pela posse do cativo (em geral, essas últimas eram as áreas do sudeste do país, onde a agricultura cafeeira se encontrava em expansão). Houve, portanto, a “realocação do estoque existente”. Nesse período (por volta de 1850) as terras disponíveis já tinham sido apropriadas/empossadas, gerando pequena pressão sobre elas. Os camponeses não proprietários de terra formaram um estoque de força de trabalho assalariado, intensificando as vendas de escravos para as regiões de agricultura cafeeira de exportação. Para o caso de Minas Gerais, a transferência de escravos foi intensificada a partir da segunda metade dos anos de 1860 e começo dos 1870. Isso significa que os escravos eram vendidos, sim, para fora da província desde o fim do tráfico internacional, mas que as proporções eram pequenas em relação ao último quartel do século XIX.

No último quartel do século passado, os contrastes econômicos foram se acentuando entre as regiões do país. A região centro-sul teve seu desenvolvimento intensificado em razão da agricultura de exportação, enquanto que as regiões norte e nordeste tiveram uma certa retração econômica, permitindo liberação da população

⁴⁰ Roberto Borges Martins, *op. cit.*, pg 187.

escrava para as outras áreas. Em consequência desse fato, as regiões exportadoras passaram a receber grandes volumes de escravos, pois eles eram extremamente necessários para a produção do café. A partir de 1880, em virtude de uma lei tributando a compra de escravos por parte da província mineira, sua “importação” foi de fato interrompida (pg 205).

Para o autor, Minas Gerais tem um certo apego pela escravidão, posto que a província apresenta as menores taxas de alforria do Brasil (entenda-se por taxa de alforria a quantidade de escravos forros sobre o plantel total da província), durante grande parte dos séculos XVIII e XIX. Na província, as áreas onde há maior taxa de libertação do escravo, são aquelas nas quais havia outras fontes disponíveis de força de trabalho, caracterizando o trabalho do cativo como “menos necessário”.

Martins termina o artigo concluindo que o regime escravista em Minas permaneceu forte até o final da escravidão no Brasil. Além disso, afirma que a população escrava de Minas, no período que se estende do final do século XVIII e todo o século XIX, não é herança da mineração e tampouco constituiu força de trabalho para as atividades na cultura de exportação do café. Reforça sua hipótese de que a região foi, pelo contrário, grande absorvedora de mão-de-obra cativa, e que esse processo se deu com maior intensidade durante a primeira metade do século passado (quando a economia do cafeeira era muito pouco desenvolvida). O autor confirma que as regiões do café foram as maiores compradoras de escravos a partir de 1870, mas sabe-se que muitos escravos foram direcionados para áreas não produtoras de café. Para finalizar, Martins afirma que o fato de uma economia escravista, como Minas, ter se desenvolvido no Brasil nesse momento da história, é de fundamental importância para a historiografia econômica, uma vez que a

grande propriedade de exportação tinha participação econômica reduzida na província, quando comparada com as outras regiões do país.

“O grosso da economia de Minas no século dezenove, onde a vasta maioria dos escravos estava empregada, não se compunha de *plantations* nem era orientado para exportações. Isolamento de mercados externos à província, diversificação e auto-suficiência eram suas características principais. Minas tinha um dos mais baixos níveis de exportações *per capita* no País, e esse nível declinou em termos reais ao longo do século. A grande lavoura exportadora permaneceu confinada a uma pequena área e o cerne da economia provincial consistia de unidades agrícolas diversificadas internamente – produzindo para seu próprio consumo e vendendo os excedentes eventuais em mercados locais e regionais.”⁴¹

Uma outra publicação de Roberto Borges Martins, desta vez em conjunto com seu irmão Amílcar Martins Filho causou novamente polêmica entre os pesquisadores da escravidão no Novo Mundo, pois este texto veio a reforçar suas idéias de que a teoria sobre a união da escravidão e da plantagem de exportação americana deveria ser revista, uma vez que na província de Minas Gerais, durante todo o século XIX, houve vastas áreas empregadoras de mão-de-obra cativa, mas que não produziam sob o sistema de *plantation*, nem para o mercado externo. Para os autores, o caso mineiro deve ser considerado por estes pesquisadores.

O artigo tem início mostrando a associação da economia cafeeira ao Brasil do século XIX e também as transferências de escravos das regiões sul e nordeste para as áreas de cultivo do café (processo que ocorreu durante as três décadas após 1850). Nas próprias regiões cafeeiras, próximo à abolição da escravidão no Brasil, cerca de 90% dos

⁴¹ Roberto Borges Martins, *op. cit.*, pg 209.

escravos de São Paulo viviam nos distritos cafeeiros, e quase todos eles estavam empregados nessa atividade.⁴²

Conforme os autores, a interpretação tradicional da historiografia econômica a respeito de Minas Gerais, mostra-nos esta província como detentora de um grande plantel de escravos, em virtude da época mineradora (ouro e diamante) ocorrida no século XIX. Ainda segundo esta visão, os escravos, com a decadência da mineração, teriam se espalhado por todo o país. No século XIX, o café tornou-se a economia dominante na província e os escravos teriam sido transferidos em massa do setor de subsistência para o setor cafeeiro. Esta interpretação também argumenta que os escravos que estavam empregados nas minas de ouro foram levados para trabalhar nas regiões cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro, constituindo, nos primeiros anos dessa cultura, importante força de trabalho.

Martins argumenta que, em Minas, a relação escravo-economia de exportação não ocorreu, e que apesar disso, a população escrava nessa província não era somente grande, mas crescia vigorosamente. A ocorrência de um sistema escravista principal, conforme descrito neste parágrafo, é rejeitada pelos historiadores da escravidão nas Américas. Para eles, a existência de escravidão ligada à *plantation* de exportação é uma condição "*sine qua non* for the feasibility and survival of slavery as a labor system."⁴³ Assim, para os autores o objetivo do artigo é o estudo desse "aparente" paradoxo: a sobrevivência e o contínuo crescimento de um sistema escravista principal numa economia não exportadora.

⁴² Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins, "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited", in *Hispanic American Historical Review*, vol. 63, número 3, 1983, p. 537.

⁴³ Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho, *op. cit.*, p. 538/539.

Os Martins mostram que no século XIX a indústria da mineração era um setor minoritário na economia provincial e que sua importância enquanto absorvedores de mão-de-obra era muito reduzida e limitada. Nesse período, portanto, Minas Gerais não poderia mais ser caracterizada como uma economia mineradora; as cidades mineiras se encontravam parcialmente desertas e decadentes, a maior parte das minas tinha sido abandonada, parte da população se espalhou (dentro e até fora da província), empregando-se em outras atividades, como a criação de gado e a economia de subsistência. Mesmo assim, o crescimento dos escravos em Minas, a maior das províncias brasileiras, não era fornecedora de força de trabalho cativa, mas sim um forte importador durante quase todo o século.

“By the beginning of the nineteenth century, Minas Gerais already had the largest slave population of the empire, and its fast growth in the following decades reinforced that position: between 1819 and 1872 the province’s share of the slave population of Brazil increased from 15.2 to 24.7 percent. In the same period, the Mineiro slave population grew at a rate almost two and a half times greater than the national average, and below only those of Rio de Janeiro and Rio Grande do Sul.”⁴⁴

É importante notar que este rápido e intenso crescimento do plantel de escravos não foi uma herança do período da mineração, e que estes escravos não eram descendentes daqueles importados para o trabalho no ouro. Estes escravos eram isto sim, fruto de novas importações da África.

A seguir, os Martins mostram estimativas realizadas sobre as importações líquidas de escravos, bem como as taxas hipotéticas de seu crescimento natural. O setor cafeeiro de Minas também é analisado nesse estudo, e pode ser observado que estes setores são

⁴⁴ Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho, *op. cit.*, p. 542.

essencialmente exportadores. O seu impacto, porém, sobre a economia provincial é extremamente limitado (segundo os Martins, se é que houve algum impacto). Devido a essa magnitude, não pode ser afirmado que o setor cafeeiro mineiro explique compras de escravos em escala tão vultuosa. A indústria do café é comumente descrita como a salvadora da economia mineira de um problema, inaugurando, então, uma nova era e revitalizando a escravidão. As exportações de café não foram, inicialmente, altas, na primeira metade do século XIX, tendo aumentado gradualmente na segunda metade deste século. Houve aceleração dos níveis de exportação entre o fim do tráfico internacional de escravos e a abolição dos cativos no Brasil.

Os autores também comparam os crescimentos das principais áreas produtoras de café do Brasil, além de comparar, em Minas Gerais, as regiões exportadoras (podemos constatar que a Zona da Mata mineira é a região exportadora por excelência, detendo quase que 100% de toda a produção exportável – esta região localiza-se no sudeste da província, na fronteira com o Rio de Janeiro). Há ainda uma análise das estimativas sobre o trabalho escravo na cultura do café: em meados do século, o contingente de escravos empregados no café (em Minas Gerais) não passa de 3% do total dessa população. Já em 1887, essa porcentagem atinge seu total mais elevado durante todo o século, superando os 36%. Assim, na opinião dos autores não há como explicar a importação de cativos para o trabalho na lavoura cafeeira, tendo esses trabalhadores se dedicado a outras atividades nessa província, como a agricultura de subsistência, o comércio, pequenas manufaturas (têxtil ou siderúrgica, conforme veremos adiante, o trabalho forçado foi também aplicado nesse segmento da economia), a agricultura mercantil de alimentos, entre outras.

Sobre as plantações de café em Minas, os irmãos Martins comentaram:

“The Mineiro coffee plantation was very similar to its Paulista and Fluminense counterparts. They had about the same size slave labor force, the same number of coffee trees, and used the same technology. Viewed against the background of the entire province. However, the plantation sector of Minas Gerais shows some important differences: unlike those of Rio de Janeiro and São Paulo, it was small in comparison with the provincial economy; it was concentrated in a small area; and, most important of all, it had but a limited impact on the economic life of the rest of the province. Even when the coffee boom reached its apogee, the *fazenda*, the *sítio*, the subsistence *roça*, and the cattle ranch, not the plantation, formed the core and the bulk of the economic life of Minas.”⁴⁵

O estudo dos Martins, mostra ainda que a economia mineira não era formada predominantemente pela *plantation*, tampouco estava voltada para atender os mercados externos. As características principais da economia mineira eram o isolamento de mercados externos (fator que para Libby, como veremos mais adiante, foi o argumento inicial para o desenvolvimento de uma protoindustrialização na província), diversificação e auto-suficiência.

Os autores finalizam afirmando que não existe nenhuma relação necessária entre a *plantation* e a escravidão, concluindo que para haver um sistema escravista não é necessária a existência de grandes plantações agroexportadoras, conforme defendido pela interpretação tradicional.

Em artigo escrito em 1993, apresentado no Congresso Brasileiro de História Econômica, Roberto Borges Martins retorna ao tema do tráfico de escravos em Minas Gerais no século XIX.

⁴⁵ Roberto Borges Martins e Amílcar Martins Filho, *op. cit.*, p. 559.

O autor nos reforça a idéia de que a economia mineira teve grande crescimento durante este século, e que este crescimento sempre esteve atrelado à agricultura de subsistência e aos mercados regional e local: Minas era a província que mais importava escravos, e seu crescimento econômico dependia dessas importações. Ou seja, estes escravos não eram utilizados nas *plantations* cafeeiras.

A seguir, Roberto Martins nos explica a metodologia usada para estimar o crescimento da população escrava, atentando ao crescimento natural dos escravos, aos movimentos migratórios e também às alforrias. Segundo sua estimativa, a província mineira teria importado, durante a primeira metade do século passado, cerca de 320 mil escravos (aproximadamente 19% do tráfico internacional para o Brasil), sendo superada apenas pela província do Rio de Janeiro (na época em ascensão devido às plantações de café). Além desse fato, Martins argumenta que após a realização de muitos estudos, não foi constatada a “exportação” de escravos a partir da província mineira para outras regiões no período em questão, além de afirmar que em Minas não existiam escravos ociosos ou sub-utilizados, mas que havia escassez de escravos nessa região (cita viajantes como o francês Saint-Hilaire, o inglês Gardner, entre outros). Argumenta a escassez de braços através de incoerência de fatos ocorridos:

“É interessante observar que, se eram detentores de um estoque de escravos redundantes, os mineiros agiram sistematicamente contra seus próprios interesses, pois se opuseram tenazmente ao Tratado Abolicionista de 1826 e à Lei de 7 de novembro de 1831.”⁴⁶

⁴⁶ Roberto Borges Martins, “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez”, Organizadores Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa, in *História Econômica da Independência e do Império*, São Paulo: Editora Hucitec/FAPEESP, 1996, p. 105.

Martins lembra-nos que as oscilações da procura por escravos dependia do setor exportador, mas que em Minas Gerais isso não ocorreu, pois os escravos não estavam vinculados a apenas um setor, região, produto ou atividade, mas sim a várias atividades econômica realizadas na província. Conforme o autor do artigo essa variedade de atividades incluía a extração aurífera e diamantífera, a produção de subsistência, as manufaturas siderúrgica e têxtil, a agricultura e a pecuária comerciais, o comércio e os transportes. No artigo é afirmado que em 1819 as populações livre e escrava mineiras eram uma das maiores do país, e ainda que os bens necessários à sobrevivência desses indivíduos eram supridos pela oferta provincial interna, que cresceu intensamente. Daí o aumento da procura por insumos importados, incluindo logicamente, os escravos. Até meados do século passado a província continuou se expandindo, atingindo grande prosperidade, aumentando o grau e a complexidade do comércio interno. Martins atribui esse crescimento em grande parte ao segundo ciclo do ouro, do qual participaram as companhias inglesas.

No artigo encontramos o argumento de que, apesar de a partir de 1830/1840 haver a formação do setor cafeeiro mineiro, não devemos associar as importações de escravos às regiões cafeeiras de Minas. Isso decorre de estimativas – “A força de trabalho empregada na produção e no transporte do café não passava de 1.600 escravos em 1835 (8,5 por cento do plantel da região cafeeira e 0,6 por cento do total da Província”⁴⁷ – e do fato de que os municípios que se dedicaram ao café também desenvolviam outras atividades.

Roberto Martins afirma que, de acordo com as suas estimativas, houve um sensível aumento da no crescimento natural da população escravizada (isto é, ela deixou de

diminuir nas proporções anteriores). Essa queda está relacionada à mudança na composição da população cativa (menos escravos africanos e mais brasileiros proporcionalmente). Houve também nesse período realocações de cativos, ou seja, transferências regionais e provinciais. Mas, mesmo com as transferências ocorridas na primeira metade do século passado, devemos estar seguros de que as “importações” de escravos foram maiores que as “exportações” para o caso da província mineira. Somente a partir de 1860/1870 existem informações de que escravos mineiros estavam sendo transferidos para as roças cafeeiras paulistas⁴⁸.

Ainda que não conste no artigo de onde provinha o dinheiro para a compra de tantos escravos, Martins tira algumas conclusões. A província de Minas Gerais comprou um volume significativo de escravos na primeira metade do século XIX; a hipótese de que esta região teria contribuído com mão-de-obra para a produção cafeeira no Vale do Paraíba não é verdadeira (argumenta que ainda havia o tráfico internacional de africanos, não sendo necessária qualquer transação de cativos entre as províncias brasileiras). Além desse fato, Martins declara que mesmo dentro de Minas os impactos da transferência de força de trabalho das áreas não cafeeiras para as cafeeiras foram imperceptíveis, pois as necessidades destas últimas áreas foram satisfeitas pelo tráfico internacional; a agricultura do café em Minas não foi a principal absorvedora de cativos. Para finalizar, com o fim do tráfico internacional de escravos africanos, as necessidades de força de trabalho das províncias da região sudeste eram supridas pelas da região norte e nordeste (até, como foi dito anteriormente 1860/1870).

⁴⁷ Roberto Borges Martins, “Minas e o ... *op. cit.*, p. 111.

⁴⁸ Sobre a questão dos escravos na agricultura paulista do século passado existe um ótimo trabalho realizado por Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa para consulta, citado inclusive pela grande

III. III. II. As Críticas de Luna e Cano

Em 1982, Francisco Vidal Luna e Wilson Cano escrevem um artigo em resposta a alguns pontos polêmicos constantes na publicação de Roberto Borges Martins, “A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX”, onde podemos identificar:

- A afirmativa de Martins de que há evidências que ao fim do século passado a taxa de crescimento dos escravos na região de Minas Gerais era positiva e alta;
- Constatação de que Minas Gerais possuía a maior quantidade de escravos do país nesse período;
- Baixa atuação dos escravos na economia cafeeira mercantil da província;
- Baixo grau de mercantilização dos outros setores econômicos mineiros e pouca participação de outros mercados no interior da província.

Em seu texto, Martins deduz que a quantidade de escravos importados por Minas Gerais durante o século XIX foi positiva, concluindo que, a economia não cafeeira (economia de subsistência), baseada na mão-de-obra escrava, só poderia crescer. Estes dois autores questionam, dado que se as proposições de Martins fossem verdadeiras, de onde viria o capital necessário para adquirir quantidade tão alta de escravos durante todo o século XIX (não podemos nos esquecer de que a partir do fim do tráfico internacional de escravos, meados do século passado, os preços dos escravos sofreram um aumento significativo em virtude de sua escassez).

Martins, segundo Luna e Cano, afirma que as formas de cultura cafeeira em Minas não foram a grande propriedade e o latifúndio, acrescentando ainda que a agricultura

maioria dos autores aqui comentados: “Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX”, *in Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, vol. 13, número 1, jan/abr 1983.

cafeeira não foi empregadora de mão-de-obra. Estes autores rebatem citando o trabalho de um terceiro autor⁴⁹, onde encontramos confirmações de que o café foi cultivado em Minas predominantemente na pequena propriedade. Sobre a mão-de-obra este terceiro autor declara que com o fim da escravidão não houve transição para o trabalho livre, mas sim para formas de parceria entre os indivíduos.

Luna e Cano declaram que, ao contrário do que a literatura econômica afirma, a economia mineradora não dava maior oportunidade de emancipação ao escravo. Conforme já citamos neste capítulo⁵⁰, a opinião desses autores é a de que este ponto pode ser subdividido em duas partes. A primeira delas refere-se ao auge da atividade mineradora, na qual, em virtude das facilidades de desvio do nobre metal, era mais fácil o escravo comprar a sua liberdade. A segunda parte relaciona-se ao declínio da atividade extrativa, período no qual, dada a diminuição da quantidade de ouro extraída, a produção aurífera do escravo não era suficientemente alta para cobrir os seus custos de manutenção.

Uma outra crítica de Luna e Cano relaciona-se à especulação de Roberto Martins a respeito da origem dos escravos do começo do século passado. Este último autor declara que estas peças eram resultado de importações recentes, e nega que seriam escravos remanescentes importados durante o período minerador, nem seus descendentes. Este autor não questiona a hipótese de ter havido uma produção de escravos em Minas. Alguns estudos realizados a respeito da estrutura populacional mineira constatam a diminuição de escravos africanos no Brasil, aumentando percentualmente a participação dos escravos

⁴⁹ Este terceiro autor é J. H. Lima, *O café e Indústria em Minas Gerais: 1870-1920*, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

⁵⁰ Citado na nota de rodapé número 23 desse estudo.

brasileiros. Assim, mais uma vez, devemos pensar da hipótese de uma produção de escravos no Brasil colonial.

Luna e Cano tentam mostrar no trabalho aqui explicitado que a decadência da mineração decorreu na deterioração da economia mercantil escravista, tendendo a uma economia de subsistência; decorreu também na libertação de grande número de escravos, provocando um aumento da sua expectativa de vida.

Roberto Martins reafirma que a unidade de produção básica da região era formada por pequenas unidades auto-suficientes, confirmando a característica de baixa mercantilização e monetarização. Novamente, temos a pergunta: como a província obtém o capital suficiente para a importação da alta quantidade de escravos? "A dúvida que permanece insolúvel é como tais unidades adquiriam seus escravos."⁵¹

III. III. III. A Visão de Slenes

Robert Slenes, em seu artigo "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX"⁵², apóia a hipótese dos Martins sem deixar de questionar a explicação dada à razão do tráfico mineiro de escravos. Para ele, o fato de haver na província atividades extrativas, agrícolas e pecuárias que comercializassem seu excedente e o preço elevado de produtos "importados" viabilizando a produção desses mesmos gêneros na província seriam elementos mais fortes no argumento de Martins que a abundância de terras para a compra de novos escravos. Escrevendo em outras palavras, para Slenes o fato que levou os empregadores a continuar solicitando mão-de-

⁵¹ Luna e Cano, *op. cit.*, p. 12.

⁵² Este artigo foi escrito em 1984 e publicado em 1985, nos Cadernos IFCH/UNICAMP. Foi novamente publicado em 1988, no periódico *Estudos Econômicos*, em São Paulo. "Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX", São Paulo: IPE/USP, vol. 18, número 3, set/dez 1988.

obra escrava não foi a grande quantidade de terras livres e disponíveis nem a falta de um mercado de trabalho livre, mas sim as várias atividades econômicas presentes na província (que por si só precisavam de força de trabalho), bem como os altos preços dos produtos importados (o que estimulava a produção regional).

Criticando as idéias dos Martins, Robert Slenes faz um resumo de sua forma de ver o tema. Para esses autores, a economia mineira não era uma economia de exportação, pois não empregava quantidade significativa de mão-de-obra, nem tinha volume comercializável alto suficiente para tanto. Os irmãos Martins enxergam Minas Gerais como tendo uma economia voltada para o consumo local, mas com características mercantis fundamentais: existiam mercados locais. Além disso, havia na província também uma parcela da população que era camponesa, vivendo somente da economia de subsistência. E Robert Slenes também faz a mesma pergunta tantas vezes repetida: se a economia mineira nem era tão mercantilizada quanto outras regiões do Brasil, “de onde partia, então, o grande impulso para comprar escravos?”⁵³ Segundo os Martins, os escravos eram demandados em virtude da grande quantidade de terras livres ou disponíveis na região. Esta característica (ou fator Wakefield) fazia com que não se formasse um mercado de trabalhadores livres – ninguém ia querer trabalhar para outro, sendo que poderia ter suas próprias terras para trabalhar – insistindo Minas então na mão-de-obra escrava. Para os autores, o apego da província pela escravidão é confirmado pelos altos preços dos cativos e também pela relativa baixa taxa de alforria.

Para Slenes, as estimativas dos Martins sobre a magnitude do tráfico africano para a província de Minas do fim do século XVII até meados do século passado parecem ser

⁵³ Robert Slenes, *op. cit.*, p. 451.

corretas, constituindo uma contribuição fundamental⁵⁴. Mas, ao mesmo tempo, subestimam a importância do setor exportador de Minas e sua possível consequência para Minas Gerais (em termos de entrada de recursos, que poderiam ter sido utilizados na compra de produtos externos à província). Robert Slenes escreve que existe a possibilidade de Minas ter “importado” grande quantidade de escravos, mas que o custo dessa compra teria sido superior ao valor das exportações realizadas pela província.

Slenes declara que os Martins teriam realizado uma contribuição fundamental para a história de Minas Gerais, mas mais que isso, para a história econômica brasileira, na medida em que questionam a separação entre a mão-de-obra escrava, uma vez que afirmam a região não ter usado os escravos para o trabalho em grandes propriedades. E questiona: “Restava aos Martins romper a união necessária entre o tráfico e a economia de exportação. Ou será que o caso de Minas realmente implica nesse divórcio? E se implica, confirma mesmo a aliança entre a escravidão e a terra ‘livre’?”⁵⁵

No que se refere ao mercado interno, os irmãos Martins afirmam que havia muitos indivíduos trabalhando na manufatura de têxteis em Minas, mas que em sua maior parte eram trabalhadores livres, e proporcionalmente poucos escravos. Slenes declara não concordar totalmente com essa idéia, uma vez que essa era uma atividade doméstica e muitas escravas poderiam dela se ocupar. O seu argumento defende a hipótese de que essa alta porcentagem de mulheres atuando em trabalhos domésticos não implicaria numa economia escravista pouco voltada para o mercado, mas exatamente o oposto:

⁵⁴ Há um artigo de Robert Slenes onde podem ser obtidas informações adicionais sobre os censos realizados no século XIX. A quem possa interessar, o título é “O que Rui Barbosa não queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX”, São Paulo: IPE/USP, vol. 13, número 1, jan/abr 1983.

⁵⁵ Robert Slenes, “Múltiplos de Porcos ... *op. cit.*, p. 456-457.

essas mulheres estariam justamente executando um trabalho doméstico destinado à venda no mercado local/regional.

Para finalizar seu pensamento, Slenes concorda com a visão dos Martins de que uma hipótese para a solução desse problema da “importação” de escravos pode ser a disponibilidade de terras livres (e a conseqüente inexistência de um mercado de trabalho assalariado), não sendo, porém, suficiente. Uma outra alternativa pode ser a elevação dos preços dos gêneros alimentícios e que seguiu a elevação dos preços dos escravos. Ainda uma terceira hipótese seria a teoria do comportamento do camponês em condições de disponibilidade de terras e força de trabalho livre. “Nesta situação, (...), o camponês livre (entendido aqui como o agricultor independente, sem escravos, que utiliza o trabalho familiar) enfrenta sérios limites à expansão de sua produção e tende, por boas razões econômicas, a cuidar primeiro de sua subsistência, colocando no mercado somente seus eventuais excedentes.”⁵⁶

⁵⁶ Robert Slenes, “Múltiplos de Porcos ... *op. cit.*, p. 467.

IV. Conclusão

Como pudemos observar, ao longo desta monografia tentamos identificar o debate a respeito das duas visões que se lançam tanto sobre a economia colonial, quanto sobre a economia mineradora.

No que se refere à economia colonial, é fundamental termos em mente a importância atribuída à economia de subsistência e mercantil de alimentos por alguns autores, como os citados neste estudo, Jacob Gorender e Ciro Cardoso. Estes autores concordam com a leitura clássica de Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais no que se refere às funções de uma colônia, ao sentido de sua existência e à forma pela qual surge o interesse da metrópole em relação às terras do Novo Mundo. Também concordam no ponto relacionado à forma de trabalho adotada nas novas terras (o trabalho compulsório escravo africano, importante frisar o africano), à produção de gêneros de exportação para atender às necessidades de demanda do mercado europeu, bem como aos interesses comerciais, resultantes de políticas comerciais originadas pelo pensamento mercantilista.

Quanto à organização da colônia (na verdade, organização de sua produção), estas duas linhas discordam na importância atribuída à economia de subsistência. Para os últimos esta produção adquire uma posição totalmente secundária na dinâmica da economia colonial, uma vez que quem ditava o ritmo do sistema econômico da colônia era a agricultura de exportação, considerada o elemento determinante para o enriquecimento e a razão de existência da colônia pelos grandes latifundiários, mercadores estrangeiros e Coroa Portuguesa. Basta lembrar (conforme citado neste estudo) que em momentos de

alta dos preços internacionais da cultura agrícola principal (por exemplo, o açúcar), todos os recursos, tanto financeiros, quanto materiais (não esquecendo dos recursos humanos), eram utilizados na produção da cultura de exportação, enquanto que a economia de subsistência era jogada a um plano secundário. Chegamos a relatar nessa monografia casos em que houve até mesmo escassez de alimentos, uma vez que os gêneros alimentícios aqui consumidos deveriam ser aqui produzidos. Nesses períodos, a pior situação era a dos escravos, que trabalhavam mais apesar de ter sua alimentação muitas vezes empobrecida e reduzida em virtude da crise. Nos momentos em que os preços do artigo de exportação eram reduzidos, os recursos (materiais e financeiros) dividiam-se entre as duas economias (a de exportação e a de subsistência), retornando à agricultura de subsistência aqueles desviados, num momento anterior, pela alta dos preços internacionais.

Já na visão de Gorender, Ciro Cardoso e também Alcir Lenharo, a economia natural ou de subsistência (na verdade, uma economia mercantil de alimentos) não tinha, logicamente, o papel comercial desempenhado pela economia de exportação, mas também não deveria ser vista como secundária, pois dela dependia todo o sustento e manutenção da colônia (uma vez que era muito caro importar gêneros básicos para prover a alimentação da população, muito menos dos escravos). Estes autores enxergam a economia de subsistência como uma necessidade da estrutura produtiva da colônia, viabilizando a existência das grandes propriedades agroexportadoras, uma vez que era muito caro importar da metrópole toda a alimentação necessária para os colonos. Assim, não devemos nos esquecer de que a *plantation* não é uma unidade exclusiva de produção. Além disso, estes autores fazem uma severa crítica, afirmando que o sistema

colonial não serviu, segundo declaram os autores clássicos, para a acumulação mercantil na Europa.

Cabe comentar que os estudos realizados pelos autores revisionistas, dando uma nova interpretação para os fatos ocorridos em Minas Gerais do final do século XVIII e início do XIX são de extrema importância para a historiografia econômica. Estes autores chamaram a atenção para uma tema pouco estudado (relativamente a outras questões), o período que abrange os anos de 1770 até 1830, aproximadamente. Neste período, temos grande expressão política, mas é visto como uma vazia econômico. Na verdade, o que estes autores procuram mostrar é a intensa atividade econômica ocorrida em Minas Gerais nesta época, afirmando que não houve vazia econômico, mas sim um período em que a atividade agrícola (de subsistência e também a mercantil) desempenharam papel fundamental para a região. Apesar da importância desses estudos, frisamos que eles são insuficientes para questionar a interpretação tradicional.

No que se refere à economia mineradora, temos também a linha dos autores de leitura clássica, Caio Prado Junior, Celso Furtado, Wilson Cano, entre outros que enxergam a economia provincial mineira como tendo sofrido um processo de involução¹ de sua estrutura, organização e economia após a decadência da atividade extrativa aurífera. Ou seja, estes autores concordam com a ideia de que a economia mineradora de Minas Gerais constituiu simplesmente um surto enriquecedor de uns poucos aventureiros que, ambiciosamente, dedicaram-se a essa atividade. Estes autores afirmam não ter a mineração contribuído para o desenvolvimento duradouro da região. Além disso, para eles

¹ Como já dito anteriormente, este termo ficou conhecido pelo uso de Celso Furtado ao descrever o período seguinte ao declínio da produção de ouro na província de Minas Gerais. Ele se refere, mais especificamente, à segunda metade do século XVIII (a partir de 1760/1770).

essa atividade não conseguiu reter em seu território quantia suficiente de riqueza, para seu sustento e manutenção após sua decadência.

A meu ver, essa visão não considera o fato de não ter havido nenhuma “coincidência econômica” num mesmo momento da história, como aconteceu no caso do açúcar. Explico. A decadência do açúcar já vinha ocorrendo há um certo tempo (principalmente em função da concorrência do açúcar das Antilhas, mais barato e de maior qualidade) quando se deu a descoberta das minas de ouro no Brasil (inicialmente no sul do país, na região de Curitiba e de Paranaguá, e posteriormente, no centro-sul do Brasil, na região de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, por exemplo). Esse fato apenas acelerou a decadência dessa cultura de exportação uma vez que os preços internos à colônia se elevaram significativamente, incluindo aí o preço da mão-de-obra escrava (promovendo assim a elevação do custo de produção do açúcar no Brasil, diminuindo ainda mais a sua competitividade no mercado internacional), além de que todos os investimentos e capitais fluíam para as regiões do ouro, deixando as tradicionais áreas açucareiras quase que abandonadas. Assim, não fazia muita diferença a decadência do açúcar estar ocorrendo naquele momento, pois todas as atenções estavam voltadas para a atividade mineradora (que a partir de então enriqueceria a colônia e a metrópole com a produção do ouro). Infelizmente a economia do ouro não teve a mesma sorte que a sua doce antecessora, pois ao entrar em declínio, a mineração não encontrou nenhuma outra atividade econômica que lhe substituísse no papel de centro da dinâmica de exportação colonial.

Assim, o movimento revisionista, liderado por Roberto Borges Martins, Amílcar Martins Filho e Caio Boschi, principalmente, busca uma nova interpretação para os fatos históricos ocorridos nas Minas Gerais do final do século XIX e início do século XX, pois

não concordam com a leitura feita pelos pesquisadores dessa região. Estes autores afirmam não ter tido esta região a tão falada involução a partir de sua decadência, mas acreditam que esta região tenha, sim, se dedicado a outras atividades, como a agricultura mercantil, o comércio e, segundo Douglas Cole Libby, a indústria (no caso específico de Minas Gerais, a indústria siderúrgica, em função principalmente das minas subterrâneas de ouro, e a indústria têxtil, inerente à população mineira).

Como era a intenção deste estudo, acreditamos ter contribuído para maior esclarecimento sobre o desenvolvimento da província de Minas Gerais no século XVIII através da atualização do debate entre os pesquisadores desse tema.

V. Bibliografia

Arruda, José Jobson de A. – *O Brasil no Comércio Colonial*, Ensaios 64, Editora Ática, São Paulo, 1980;

Boschi, Caio César – “Nem tudo o que reluz vem do Ouro...” – in *História Econômica do Período Colonial*, Tamás Szmrecsányi (org.) – Coletânea de Textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP, set/93) – Editora Hucitec/FAPESP – ABPHE, São Paulo, 1996;

_____ – “Apontamentos para o Estudo da Economia, da Sociedade e do Trabalho na Minas Colonial” – in *Análise & Conjuntura*, Anais do Seminário “Inconfidência Mineira e Revolução Francesa – Bicentenário: 1789-1989”, Ouro Preto, 24 a 28 de abril de 1989, Fundação João Pinheiro, Sistema Estadual de Planejamento, Belo Horizonte, vol. 4, nºs 2 e 3, maio/dezembro 1989;

Calogeras, J. Pandiá – *Formação Histórica do Brasil*, Edição Ilustrada, Série 5ª, Brasiliense, vol. 42, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 4ª Edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945;

Cannabrava, Alice P. – “A Grande Propriedade Rural”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos), tomo I – A Época Colonial -, vol. 2 – Administração, Economia e Sociedade -, 7ª Edição, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1993;

Cano, Wilson – “Economia do Ouro em Minas Gerais (século XVIII)”, in *Revista Contexto*, nº 3, julho/1977;

Cardoso, Ciro Flamarion Santana – *A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo*, Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História nº 44, 2ª edição, São Paulo, 1984;

_____ – “Escravidão e dinâmica da População Escrava na América”, in *Estudos econômicos*, IPE/USP, vol. 13, número 1, São Paulo, jan/abr 1983;

Ellis, Myriam – “A Mineração no Brasil no Século XIX”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos), tomo II – O Brasil Monárquico -, vol. 4 – Declínio e Queda do Império -, 3ª edição, DIFEL/Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1982;

Fragoso, João Luís Ribeiro – *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* – Arquivo Nacional – Órgão do Ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 1992;

Furtado, Celso – *Formação Econômica do Brasil* – Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961;

Gorender, Jacob – *O Escravidão Colonial*, 6ª edição, Ensaio 29, Editora Ática, São Paulo, 1992;

Goulart, Maurício – “O Problema da Mão-de-Obra: O Escravo Africano”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos), tomo I – A Época Colonial -, vol. 2 – Administração, Economia e Sociedade -, 7ª Edição, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1993;

Heckscher, Eli F. – *Mercantilism*; with a new Introduction by Lars Magnusson, volume one, Routledge, London and New York, 1994;

_____ – *La Época Mercantilista (Historia de la Organización y las Ideas Económicas desde el Final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal)*, Sección de Obras de Economía, Grandes Estudios, Fondo de Cultura Económica, México, 1943;

Holanda, Sérgio Buarque de – “A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos), tomo I – A Época Colonial -, vol. 2 – Administração, Economia e Sociedade -, 7ª Edição, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1993;

_____ – “Metais e Pedras Preciosas”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos), tomo I – A Época Colonial -, vol. 2 – Administração, Economia e Sociedade -, 7ª Edição, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1993;

Iglésias, Francisco – “Minas Gerais”, in *História Geral da Civilização Brasileira*, sob a Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, tomo II – O Brasil Monárquico -, vol. 2 – Dispersão e Unidade -; 5ª edição, DIFEL/Difusão Editorial S.A., São Paulo, 1985;

Lapa, José Roberto do Amaral – *O Antigo Sistema Colonial*, Primeiros Vãos nº 8, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982;

Lenharo, Alcir – *As Tropas da Moderação (O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil: 1808 – 1842)*, Coleção Biblioteca Carioca, vol. 25, 2ª edição, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, Rio de Janeiro, 1993;

Libby, Douglas Cole – “Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o Caso de Minas Gerais” - in *História Econômica da Independência e do Império*, Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (org.) – Coletânea de Textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP, set/93) – Editora Hucitec/FAPESP – ABPHE, São Paulo, 1996;

_____ – *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XVIII*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1988;

Luna, Francisco Vidal – *Minas Gerais: Escravos e Senhores – Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*, Ensaios Econômicos 8, IPE/USP, São Paulo, 1981;

_____ – *Minas Gerais: Escravos e Senhores – Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios (1718-1804)*, Ensaios Econômicos 8, IPE/USP, São Paulo, 1981;

Luna, Francisco Vidal e Cano, Wilson – *Economia Escravista em Minas Gerais*, Cadernos IFCH/UNICAMP, nº 10, Outubro/1983;

Luna, Francisco Vidal e Costa, Iraci Del Nero da – *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, Estudos Econômicos, FINE/Pioneira – Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1992;

_____ – “Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX”, in *Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol. 13, número 1, São Paulo, jan/abr 1983;

Luz, Nícia Vilela – “As Tentativas de Industrialização no Brasil”, in *História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos), tomo II – O Brasil Monárquico -, vol. 4 – Declínio e Queda do Império -, 3ª edição, DIFEL/Difusão Editorial do Livro, São Paulo, 1982;

Malheiro, Perdigão – *A Escravidão no Brasil*, Ensaio Histórico, Jurídico e Social, III Parte e Apêndice, 3ª edição (2ª edição integral), vol. II, Editora Vozes Ltda em convênio com o Instituto do Livro – Ministério da Educação e Cultura, Petrópolis, 1976;

Martins Filho, Amilcar e Martins, Roberto Borges – “Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited” – *in Hispanic American Historical Review*, vol 63, nº 3, Agosto/1983;

Martins, Roberto Borges – “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez” – *in História Econômica da Independência e do Império*, Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa (org.) – Coletânea de Textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP, set/93) – Editora Hucitec/FAPESP – ABPHE, São Paulo, 1996;

_____ – “Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora”, *in Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol. 13, número 1, São Paulo, jan/abr 1983;

Novais, Fernando Antônio – *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI – XVIII)*, Editora Brasiliense, 1986;

_____ – “O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial”, *in Brasil em Perspectiva (Organização e Introdução de Carlos Guilherme Mota)*, Corpo e Alma do Brasil, 20ª Edição, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1995;

Noya Pinto, Virgílio – *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português: uma Contribuição aos Estudos da Economia Atlântica no Século XVIII*, *Brasiliana*, vol. 371, em Convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, Brasília, Companhia Editora Nacional/MEC, São Paulo, 1979;

Prado Junior, Caio – *Formação do Brasil Contemporâneo*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1963;

Reis, Arthur César Ferreira – “O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas”, *in História Geral da Civilização Brasileira* (Direção de Sérgio Buarque de Holanda e Pedro

Moacyr Campos), tomo I – A Época Colonial -, vol. 2 – Administração, Economia e Sociedade -, 7ª Edição, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1993;

Saint-Hilaire, Auguste de - *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, tradução de Vivaldi Moreira; Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo; 1975;

Santos, Ronaldo Marcos dos – “Mercantilização, Decadência e Dominância” – *in História Econômica do Período Colonial*, Tamás Szmrecsányi (org.) – Coletânea de Textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica (Campus da USP, set/93) – Editora Hucitec/FAPESP – ABPHE, São Paulo, 1996;

Silva, Lígia Osorio – *Terras Devolutas e Latifúndio (Efeitos da Lei de 1850)*, Coleção Repertórios, Editora da Unicamp, Campinas, 1996;

Simonsen, Roberto C. – *História Econômica do Brasil (1500/1820)*; 4ª edição, Companhia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série 5ª, Brasília, Grande Formato, vol. 10, direção de Américo Jacobina Lacombe; São Paulo, 1962;

Slenes, Robert W. – “Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX” – *in Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol 18, núm. 03, São Paulo, set/dez 1988.

_____ – “O que Rui Barbosa não queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX”, *in Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol. 13, número 1, São Paulo, jan/abr 1983;